

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 27

DE 7 A 20 DE SETEMBRO DE 1989 NCz\$ 1,50

Na passagem do aniversário da proclamação da independência, as classes dominantes "comemoram" o Dia da Pátria com desfiles militares. Seus candidatos

reafirmam planos entreguistas. Enquanto isso, a Frente Brasil Popular se destaca pela defesa da soberania nacional. (Pág. 7) Neste número mais um encarte "A Campanha em marcha".



THE
1985

INDEPENDÊNCIA Bandeira do povo

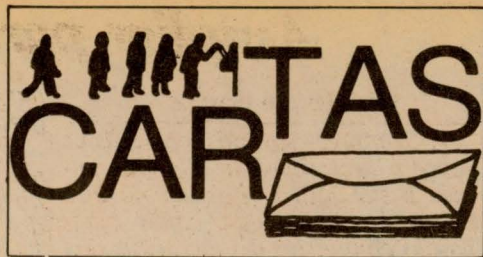
CDM Frente Brasil Popular
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
PT
PSB
PCdoB

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins
Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes
Fotografia: Aguinaldo Zordevoni
Arquivo: Rosane Montiel
Administração e Assinaturas: Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOÍAS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 333, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis. SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju;

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Rede Globo, caminho duvidoso

A poderosa Rede Globo, fã declarada de Collor, utiliza como principal instrumento a pesquisa do Ibope para incutir na mente dos brasileiros que seu candidato é o grande favorito às eleições de 15 de novembro. A euforia "collorida" da Globo é tamanha que ultrapassa os limites do risco, entrando em contradição até mesmo com o próprio Ibope e com outros meios de comunicação.

Todas as pesquisas eleitorais mais sérias apresentam dois resultados. Um, o posicionamento dos eleitores que quando entrevistados dizem espontaneamente o nome do candidato preferido. Outro, o das pessoas induzidas por uma lista de nomes. A Globo só apresenta o segundo resultado, na verdade um índice duvidoso.

Vejamos o que mostra a pesquisa do Ibope publicada por "O Estado de S. Paulo" em 3/8.

Quando solicitadas a dizer espontaneamente se já haviam escolhido seu candidato, 61% das pessoas ouvidas responderam "não", o que significa que bem mais que a metade dos eleitores ainda não decidiu em quem votar. Mas a Rede Globo dá como favas contadas a eleição de Collor, baseada numa pesquisa que mostra a tendência de apenas 39% dos eleitores.

É por isso que nos últimos pleitos quase todas as pesquisas divulgadas pela emissora falharam. Em Manaus, a seis dias das eleições a Globo dizia que Gilberto Mestrinho tinha 72% de adesão, e Arthur Virgílio apenas 12%. Ganhou Arthur Virgílio. Aqui em Cuiabá as pesquisas do Ibope mostravam Roberto França na frente, mas este perdeu por larga diferença. Nas eleições para o governo do Estado do Rio em 82 a Globo apresentava a Sandra Cavalcanti com 52%, mas quem ganhou as eleições foi Brizola, que aparecia em quarto lugar.

Hoje boa parte dos eleitores que a emissora tenta passar como maioria (quando o Ibope diz que 61% ainda não têm candidato) aparenta estar com Collor pensando que ele é o novo, o diferente, pensando que realmente caçou marajás e corruptos.

O que acontecerá quando começar de fato a campanha pelos horários gratuitos na TV e no rádio, e quando os partidos e candidatos puderem dizer livremente o

que querem e pensam, e não o que a Globo quer fazer crer? Penso que quando essa cortina de fumaça colorida se dissipar através de ventos do desmascaramento nos horários gratuitos nos meios de comunicação e na própria campanha o povo brasileiro voltará a trilhar o leito do avanço de consciência por que passa desde as últimas eleições. Um avanço que as elites brasileiras fingem não ver, mas que é real. (Aluizio Arruda, presidente do PCdoB-MT)

A Raul de um maluco beleza

Raul, sua morte nos pegou de surpresa... acreditávamos piamente que você fosse imortal.

Por que fez isso?

No início não demos fé, até que o Jornal Nacional, um pouco antes da novela anunciou sua morte. No dia seguinte lá estava ela, infalível, nos jornais. Só aí acreditamos... assistimos crédulos e mansamente, via satélite, desde o desfile improvisado nas ruas de S. Paulo até seu enterro na Bahia... que loucura! Chegamos a acreditar que você realmente tivesse morrido. Quem diria!... calmos na armadilha feito patinhos.

Só mais tarde fomos perceber que na verdade ninguém morreu!

Tudo não passava de uma gigantesca e extremamente bem bolada operação de mídia-única.

Coisas que você mesmo já havia previsto; "e todos jornais que eu leio dizem que a gente já era e que não há mais primavera, oh, baby, a gente ainda nem começou"!!

Chegamos até a chorar seu cadáver. Absurdo! Você não morreu, você não morre, Raul!

Este espetáculo não passa de invencível... foi a única maneira de tentar exterminar a incômoda mosca que, abusadamente, vira e mexe cai na sopa desse pessoal que vive e valoriza essa mesma sociedade que você tão bem soube caracterizar como "ouro de tolo"... e isso eles nunca te perdoaram.

Por isso tentam te assassinar simulando a tua morte.

Não acreditem, meus filhos, Raul não morreu!

Continua implacável apontando aqui e ali os podres poderes da "Cidade maravilhosa", questionando e dando vias à "sociedade alternativa".

Ninguém morreu.

Provavelmente Rauzito se encontra por aí, mais vivo que nunca nalgum disco voador, perguntando surpreso pra gente, diante de toda essa algazarra:

— Ei... aonde vocês pensam que vão? (Paulo Humberto, da coordenação estadual de Viração, Araraquara, SP)

Esquerda vence na UFG

Com a eleição direta do professor Ricardo Bufaical para o cargo de reitor terminou no dia 10 de agosto um processo de amplo debate político que mobilizou estudantes, professores e funcionários da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O processo foi marcado por profunda polarização ideológica, onde destacaram-se duas forças opostas. Uma essencialmente reacionária, representada pelo professor Licínio Barbosa. Outra apoiada por todas as forças progressistas da universidade, e que se uniu em torno do professor Ricardo Bufaical.

O primeiro, diretor, da Faculdade de Direito da UFG, sempre esteve ligado às concepções mais atrasadas de universidade; pronunciou-se seguidamente contra os movimentos reivindicatórios da comunidade universitária e chegou a abrir processo de expulsão contra a estudante Denise Carvalho, então presidente do DCE e hoje vereadora pelo PCdoB. Ao longo da campanha, no entanto, o professor Licínio procurou disfarçar estas posições, assumindo postura nitidamente demagógica.

O segundo candidato, professor Ricardo Bufaical, engenheiro e coordenador do Escritório Técnico-administrativo teve sua trajetória acadêmica marcada pelo mais profundo respeito à democracia e autonomia universitária, posicionando-se ao lado das lutas de sua categoria. Sua candidatura foi marcada por profundas discussões em torno de seu programa. Uma terceira candidatura, do professor Paulo Figueiredo, acabou por não decolar.

A demagogia, o clientelismo, as falsas promessas marcaram a campanha do professor Licínio. Além disso, ele pautou-se pelo ataque cabal e irresponsável às entidades representativas da UFG (DCE, Asufego e Adufg), alegando que apoiavam o professor Ricardo Bufaical. A comunidade universitária, no entanto, soube responder a isto, dando vitória ao professor Bufaical. Sua votação foi maciça, representando cerca de 70% do total dos votantes. Foi uma grande vitória das forças avançadas da UFG, que derrotaram a direita e garantiram uma gestão democrática para o próximo reitorado. (Luciana Bento, correspondente de "Classe" em Goiânia)

Discriminação no R.G. do Norte

Vimos através da Classe Operária denunciar a exploração dos trabalhadores da indústria têxtil do Rio Grande do Norte, que se volta de maneira ainda mais torpe contra as mulheres.

Os avanços rumo à igualdade obtidos na Constituinte decididamente não chegaram às fábricas potiguares. É exemplar o massacre que sofrem as companheiras das Cotene RN. Além da discriminação sobre a maternidade as companheiras precisam de autorização do chefe para irem ao banheiro. Estes são fechados a cadeado. Além disso os absorventes íntimos ficam na portaria, sem acesso das trabalhadoras. Contra estes e outros abusos as companheiras protestam, e exigem ser tratadas como seres humanos. (Francisca Elpidio Araújo, do cons. fiscal do Sindicato de Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem no R.G. do Norte)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
 Endereço.....
 CEP.....Cidade.....Estado.....
 Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 9,00

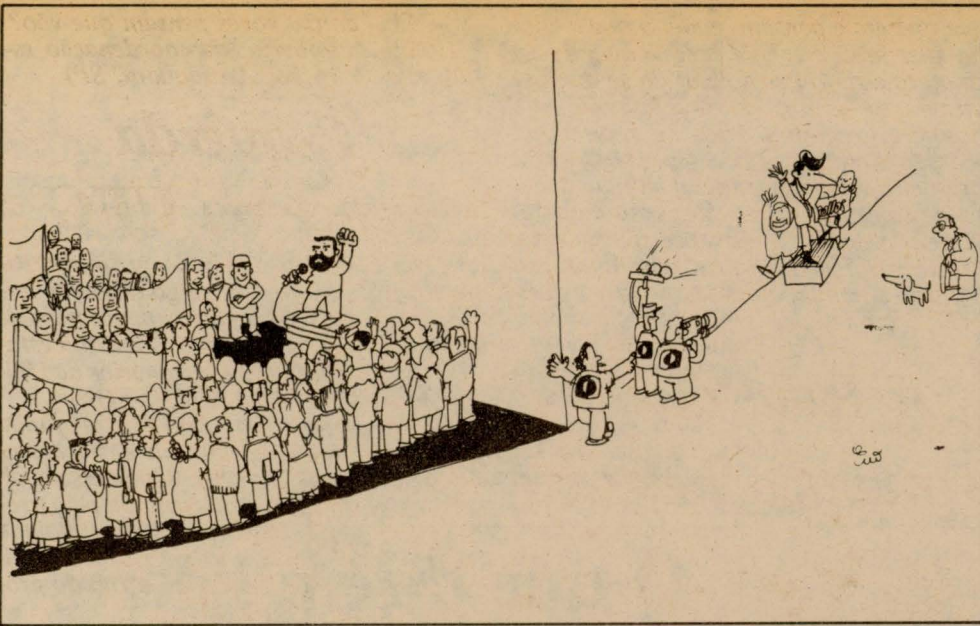
Assinatura semestral: NCz\$ 18,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal a

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois



EDITORIAL

Três embusteiros

Na cobertura que faz da campanha eleitoral este jornal tem procurado analisar o conteúdo das propostas e o perfil político de cada candidato, evidenciando ao mesmo tempo que o único que representa a esquerda, o povo trabalhador, enfrenta as elites e defende um programa democrático, popular e progressista é o candidato da Frente Brasil Popular, Lula.

Isto se torna tanto mais necessário quando se observa que os meios de comunicação das classes dominantes, funcionando como oligopólios, tentam, através de mil e um artifícios, exercer influência direta sobre a campanha promovendo candidaturas abertamente direitistas, demagógicas, e outras que, dizendo-se de esquerda ou representativas do "novo", cumprem papel diversionista.

Três embusteiros têm sido favorecidos por generosos espaços nos meios de comunicação e ganham notoriedade que não corresponde à sua real representatividade social.

Um deles é Collor de Mello, tido como o favorito nas pesquisas de opinião, na verdade o favorito de grupos econômicos poderosos. Collor falseia a realidade, apresenta-se como de oposição ao sistema, moralizador e administrador capaz. Trata-se de pura mistificação. Collor é um direitista empedernido, seu compromisso é com os bancos internacionais, a grande burguesia, os latifundiários e usineiros, a quem sempre serviu quando governador de Alagoas. Sua candidatura corresponde a uma estratégia de preenchimento do vácuo aberto pela indigência política e pelo retumbante fracasso das velhas lideranças das classes dominantes, como Maluf, Ulysses, Aureliano, Covas e cia. Collor representa uma ameaça para a democracia, é um Jânio bem trajado e maquiado. Seu discurso demagógico, que explora passionalmente o descontentamento das massas, é

uma vertente para o fascismo. Por isso, as forças democráticas devem combatê-lo com energia e desmascará-lo.

O outro que tem sido apadrinhado pelas classes dominantes é o candidato do chamado PCB, Roberto Freire. Seu discurso não o diferencia muito dos candidatos de centro e centro-direita, sobretudo em questões essenciais como a dependência externa. Em recente conferência com representantes das embaixadas acreditadas em Brasília, Freire classificou como "anacronismo" o combate ao capital estrangeiro. Além do mais, sua candidatura cumpre papel diversionista e divisionista, posto que, ao se apresentar como de "esquerda" e "comunista", procura subtrair votos que naturalmente são cativos da Frente Brasil Popular. Freire já reiterou que teme a polarização entre direita e esquerda e inclina-se para uma alternativa de centro-direita no segundo turno.

Ultimamente reapareceu no cenário a figura de Fernando Gabeira, à última hora lançado candidato pelo PV. Gabeira ocupa grandes espaços na mídia para declarar oposição à Frente Brasil Popular e à sua linha "albanesa". Presta com isso enorme favor à direita que tudo fez para golpear a unidade entre os partidos da frente, na qual se incluía o PV até o encerramento do episódio da escolha do candidato à vice-presidência. Assim, Gabeira revela oportunismo e carreirismo, deixando claro, com seu atual posicionamento, que só estava com a frente em busca da candidatura à vice-presidência, de promoção personalista e projeção exclusivista do seu partido.

A política firme, ampla e unitária da Frente Brasil Popular implica clareza para, ao lado do combate sem tréguas à direita, evidenciar o caráter diversionista da falsa esquerda.

Ampliar para vencer

Péricles de Souza*

A compreensão dos comunistas sobre a necessidade de alianças amplas e sua tática vitoriosa na luta contra o regime militar e pelo avanço das conquistas democráticas dão ao PCdoB a responsabilidade especial no esforço de ampliação da campanha da Frente Brasil Popular.

A campanha da frente vai rompendo as resistências particulares e economistas de alguns setores, conquistando a militância e se consolidando na sua principal base — os trabalhadores. A classe operária, os trabalhadores rurais, bancários, comerciários, professores, funcionários públicos são, pelo papel que desempenham na sociedade e por seu próprio peso numérico, a base prioritária da campanha.

Mas é preciso crescer ainda em outras direções. Afinal, temos um programa democrático e popular que contempla interesses de pequenos e médios empresários rurais e urbanos, que realiza reivindicações da comunidade científica, cultural e artística, que defende o meio ambiente e a Amazônia. É urgente proliferar os comitês de campanha na universidade, entre os profissionais liberais, jornalistas, mulheres, jovens e negros, transformar cada lançamento desses comitês em eventos amplos onde se discuta o progra-

ma e se lancem manifestos de apoio para ampla divulgação.

Os conselhos consultivos, à maneira do instalado dia 22 de agosto no Rio de Janeiro, podem ser criados em níveis estadual e municipal. Devem reunir personalidades de destaque, intelectuais, artistas, lideranças religiosas que se disponham a apoiar publicamente a frente. Os manifestos assinados pelos membros dos conselhos devem ter a maior divulgação possível, inclusive como matéria paga nos jornais, rádios e tevês.

As adesões de personalidades importantes à frente também podem ser transformadas em eventos políticos de repercussão. Na Bahia o apoio do deputado Luiz Humberto deu-se em ato na Assembléia Legislativa, com a presença de lideranças sindicais, vários parlamentares e representantes dos partidos da frente, com repercussão na imprensa da capital e em outros municípios.

A ala esquerda do PMDB e suas bases eleitorais, principalmente as nordestinas, são também potenciais de crescimento da frente. A campanha de Ulysses não decola e vai cada vez mais para a direita, gerando grande insatisfação nesses setores. Cabe à esquerda, com ofensividade, cobrar coerência a esses antigos aliados

* Presidente do PCdoB-BA e membro de sua direção nacional.

Começa a fase decisiva

Olival Freire Jr.*

A menos de setenta dias do 15 de novembro a candidatura de Lula pela Frente Brasil Popular apresenta inequívocos sinais de crescimento. No interior começa a se realizar grandes comícios, como o de Presidente Prudente com mais de seis mil pessoas, dos maiores já realizados na cidade. Nas portas de fábricas todos os militantes testemunham que hoje a receptividade é bem maior. Uma avaliação realista indica que as pesquisas tentam "segurar" artificialmente a candidatura Lula no patamar dos 6%.

Mas uma avaliação realista implica também indicar as dificuldades que hoje cercam a candidatura, inclusive para que, no período que se abre, possamos enfrentá-las. Sem pretender comentar todas, vejamos alguns destes obstáculos. Necessário se faz concentrar os ataques nos adversários e demarcar politicamente a disputa eleitoral. Denunciar com firmeza a demagogia da candidatura Collor de Mello. Revelar a natureza conservadora da candidatura Brizola e o caráter divisionista da candidatura Freire. Não aceitar a ideia de que existem vários candidatos progressistas ou de esquerda. A candidatura Lula, pela Frente Brasil Popular, integrada pelo PT, PCdoB e PSB é a única candidatura de esquerda, popular em condições de impor uma derrota às elites dominantes que se apresentam com vários candidatos. Tais candidatos, embora tenham diferenças centrais, nos discursos têm uma unidade essencial: não alterar o modelo capitalista dependente responsável pela grave crise que o país atravessa.

A campanha também não enfrentou adequadamente o problema do volume na ausência do candidato. Multiplicar os comitês de massa, mesmo onde os partidos da frente não estejam devidamente estruturados, é o caminho. A campanha de Lula e Bisol é mais ampla que a soma das três legendas que os apóiam. Para conferir maior volume à campanha também se faz necessário uma maior coordenação entre os partidos da frente. Não podemos adotar o raciocínio de que um partido crescerá mais se fizer campanha em separado. A campanha será maior se coordenada unitariamente. E quanto maior a campanha, maior a possibilidade de crescimento dos três partidos.

Necessário se faz também consolidar a ofensiva política esboçada pela administração de São Paulo. O ato de protesto contra a CEF, com mais de 4 mil pessoas na Avenida Paulista e os atos comemorativos dos 10 anos da anistia apontam no caminho que temos definido. Inicialmente política e administrativa é o caminho que deve ser trilhado pelas administrações petistas para reverter o desgaste que se reflete na campanha eleitoral.

Em São Paulo torna-se imperioso superar tais debilidades para fazer crescer ainda mais a campanha. Aqui não basta repetir os resultados de 88. É preciso ampliar os resultados para irmos ao segundo turno. E temos condições de atingir esses objetivos. O comício da Sé será um teste de nossa manutenção e memória da comissão da Sé com 60 mil pessoas no mínimo. Vamos à luta!

*Presidente do PCdoB em SP e membro de sua direção nacional.

Grupelhos tentam dividir a Frente

José Reinaldo Carvalho

No desenvolvimento da campanha presidencial surgem fatos que mostram a desesperada tentativa das classes dominantes para isolar, dividir e neutralizar a Frente Brasil Popular, única alternativa realmente da esquerda na luta sucessória. Ao lado da ofensiva da grande imprensa e dos institutos de pesquisa para desinformar e confundir o eleitorado quanto ao desempenho da candidatura de Lula e Bisol, ultimamente ocorreram fatos lamentáveis protagonizados por grupos de provocadores que se autodenominam petistas e tentam, aqui e ali, ocupar posições de mando no Partido dos Trabalhadores, a fim de impor uma orientação sectária à campanha eleitoral.

Confusão em Diadema

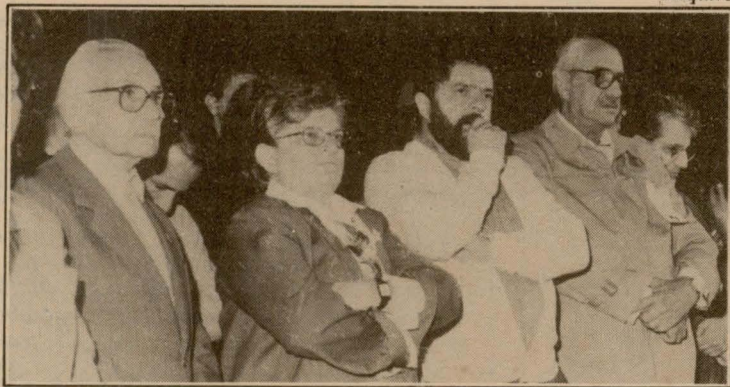
Seguindo a linha do mais canhestro arrivismo político e recorrendo a métodos antidemocráticos, o grupo denominado "Convergência Socialista" fomentou um ruído quiproco na Prefeitura de Diadema, cidade da região do ABCD da Grande São Paulo. A pretexto de defender trabalhadores sem-teto dois dirigentes do referido grupo, um vereador, outro vice-prefeito, organizaram a invasão da Prefeitura, onde fizeram arruaça e agrediram o seu titular — José Augusto — eleito pela legenda do PT — que os agressores também utilizam com fins inconscientes.

A grande imprensa, evidentemente, explorou como pôde o fato, e tenta mostrar a divisão no PT como um dos fatores responsáveis pelo "declínio" de Lula nas pesquisas de opinião pública.

Decisão inusitada

Mas não se limitou aos episódios de Diadema a tentativa de sabotagem a campanha de Frente Brasil Popular. Em Volta Redonda (RJ) outro grupelho suspeito, o chamado "Causa Operária", empalmou a direção municipal do PT e decidiu à revelia das bases petistas e dos anseios dos trabalhadores que simpatizam com o PT e outras organizações que compõem a Frente Brasil Popular, romper com ela e encaminhar a campanha de Lula paralelamente. A gravidade da resolução pode ser medida pela pronta reação do Diretório Estadual do PT no Rio de Janeiro que em resolução datada de 8 de agosto destituiu o Diretório Municipal de Volta Redonda e nomeou uma Junta Interventora, em caráter provisório, encabeçada pelo presidente estadual do Partido, Jorge Bittar.

Os termos do documento em que o ex-diretório Muni-



Arquivo

pal de Volta Redonda rompe com a Frente Brasil Popular indicam que não são meros equívocos, visão estreita e até mesmo ignorância política os elementos que pautam a atuação da "Causa Operária", embora estes existam em excesso. As concepções desse agrupamento são um corpo de idéias articuladas, com marca do vezo antidemocrático, anti-comunista e antiunitário. O documento da "Causa Operária" defende que as Frentes populares, de um lado, e o fascismo de outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária". Repetindo o anacrônico cantochão trotsquista dos anos 40, a "Causa Operária" investe contra experiências históricas importantes do proletariado mundial ao classificar como "conciliadora" a política das frentes populares, "em todos os países em que foram forjadas (Espanha, Itália, França, Chile etc.)".

O objetivo é claro: demonstrar que a política de frente única democrática e popular, que toma impulso no Brasil com a criação da FBP e a unidade das esquerdas em torno da candidatura Lula-Bisol, seria contrária aos interesses dos trabalhadores. Mas os fatos desmentem os pífios argumentos da "Causa". As lutas operárias e populares só crescem e reúnem condições de vitória quando aglutinam milhões de pessoas em torno de organizações respeitáveis (como são os partidos da Frente Brasil Popular) e de um programa que propugna a solução radical dos problemas estruturais do país, tal como eles se apresentam em determinado momento histórico e consoante o nível de consciência e organização das massas trabalhadoras.

Pensamento vazio

O povo brasileiro não luta contra moinhos de vento. Por isso mesmo suas forças de vanguarda não se portam com fanatismo e aventurismo. Estas forças sabem que as classes dominantes brasileiras dispõem de enorme poderio econômico e militar, possuem uma infinidade de instrumentos de coerção e diversionismo ideológico e se apóiam na reação mundial capitaneada pelo

imperialismo norte-americano. Isto condiciona o processo de libertação do povo brasileiro, que é complexo e sinuoso. Exige capacidade de empreender flexíveis táticas e não basófia, profundidade de análise e não um pensamento vazio e retilíneo, este último sempre tendente a resvalar para o maniqueísmo e a provocação travestida de esquerdismo.

A ofensiva antiunitária e anticomunista dos partidários da "Causa" chega ao paroxismo quando se trata de atacar o Partido Comunista do Brasil, taxado no documento do ex-Diretório Municipal de Volta Redonda de "advogado da burguesia", que praticou "flagrantes atos de traição à classe operária". Os ataques se estendem ao PSB, considerado como "agremiação de trãnsfugas arrependidos" e o companheiro de chapa de Lula, o senador Bisol, tido como "político burguês, carreirista, egresso do PMDB, criado pela ditadura".

Voltando-se frontalmente contra a orientação do partido a que dizem pertencer — o PT — os partidários da "Causa Operária" dizem que "a Frente Brasil Popular não dará sustentação a um governo dos trabalhadores". E, vilipendiando os fatos, afirmam que "A Frente Brasil Popular não defende em seu programa de governo o não pagamento da dívida externa e a reforma agrária".

Projeto novo

A Frente Brasil Popular é, ao contrário do que dizem os ensandecidos membros da "Causa", o fato novo da vida política brasileira. É um esforço, vitorioso até aqui, de unir forças políticas que, pelos compromissos que têm com as massas trabalhadoras, se aproximam naturalmente. Ela defende um projeto novo para o país, prega a conquista de um regime democrático e popular, combate a dependência externa e luta pelo progresso social. É a única coligação autenticamente de esquerda na atual disputa sucessória, a força que mobiliza as massas nas ruas e politiza a campanha eleitoral.

Atacá-la corresponde a prestar um serviço aos inimigos do povo brasileiro, tentar inviabilizar a construção de um bloco popular para enfren-

tar estrategicamente os reacionários.

Por outro lado, atacar o Partido Comunista do Brasil é procurar atingir uma das organizações que mais se bateu pela unidade popular e uma das mais empenhadas, sempre ao lado do PT e do PSB, na vitória da candidatura Lula. São ataques sem consistência teórica, falsificações da história e da realidade, discrepantes com

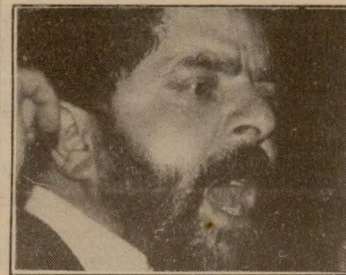
o clima de discussão madura e fraterna entre os comunistas do PCdoB e os militantes e dirigentes do PT, de várias correntes, defensores da democracia e do progresso social.

Resta como conclusão que são muitas as ameaças à candidatura de Lula. Elas precisam ser enfrentadas em nome do avanço da unidade popular e da elevação da consciência política dos trabalhadores.

O que dizem líderes do PT sobre a Frente e o PCdoB

Fotos: Arquivo

"Se depender da minha vontade, a aliança da esquerda para um projeto estratégico, pensando para daqui a alguns anos, será consolidada. Eu pelo menos vou contribuir para isso. Eu tenho tentado ponderar aqui no PT que esta aliança está sendo uma das grandes lições de convivência democrática da nossa militância de base, porque nós estamos aprendendo a trabalhar juntos, a resolver nossas divergências democraticamente". (Lula, candidato a presidente da República pela Frente Brasil Popular — PT, PSB, PCdoB — em entrevista à Classe nº 23).

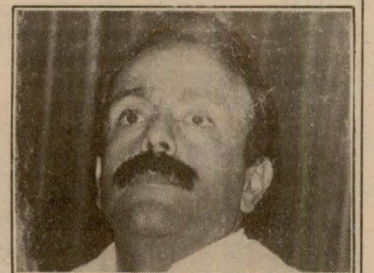


"Bisol é um homem de extraordinária cultura, um homem moderno do ponto de vista da defesa dos interesses da grande sociedade e dos interesses das minorias. Além disso, foi um constituinte nota 10, um companheiro que em nenhum momento, qualquer que fosse o tema, deixou de votar junto com as esquerdas. Este é um dado extraordinário que o credencia junto às esquerdas para ser candidato a vice na nossa chapa. Acho que escolhemos bem". (Lula, idem)

"O elogio que fiz à militância do PCdoB foi o que constatei na prática. Minha admiração pelo João Amazonas e pela militância de vocês não é verbal. Vocês aprendemos a lição". (Lula, na Convenção Nacional do PCdoB, 8 de julho de 1989)



"Estamos vivendo um momento histórico, que é a constituição da Frente Brasil Popular. Foi muito importante termos conseguido formar a chapa Lula-Bisol. Bisol não é qualquer um, é um grande homem, um grande tribuno, um socialista. Nós somos uma coisa nova neste país. A quase totalidade da militância do país está na Frente Brasil Popular. Qualquer que seja o resultado, depois das eleições o Brasil não será mais o mesmo. Uma marca indelével estará nas mentes e nos corações do povo — a marca da Frente Brasil Popular". (Luiz Gushiken, presidente nacional do PT, na Convenção Nacional do PCdoB).



"Trago nossa saudação a este glorioso Partido que tem desempenhado um grande papel em todas as frentes, um Partido heróico, de luta, parcela destacada daquilo que há de mais sadio na sociedade brasileira. Só a Frente Brasil Popular pode efetivamente garantir a reforma da dívida externa". (Luiz Eduardo Grenhalg, vice-prefeito de São Paulo, membro da direção nacional do PT)

Direção nacional do PCdoB traça novas orientações para campanha

Aguinaldo Zordenoni/Fóton



O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil realizou nos dias 26 e 27 de agosto sua 6ª reunião plenária. Na ordem-do-dia a discussão sobre a atuação dos comunistas no movimento sindical (ver boxe), o quadro político e a campanha da Frente Brasil Popular.

Os dirigentes nacionais do PCdoB consideram, de acordo com João Amazonas, que "as eleições se realizam numa situação de crise do regime e de descontentamento popular". Mais uma vez, na opinião dos comunistas, depois do fracasso da "transição democrática" e da promulgação da nova "Constituição, que não conseguiu estabelecer uma nova ordem", as classes dominantes fazem uma tentativa para encontrar uma saída para a crise, à sua moda.

O "fenômeno Collor"

Um dos pontos em debate foi o chamado "fenômeno Collor". Na opinião de João Amazonas, "Collor aparece a partir do completo desgaste das velhas lideranças. Embora não tenha programa para enfrentar a crise e tenha surgido como um fenômeno eleitoral pré-fabricado por setores das classes dominantes, aparece agora com certo apoio na opinião pública liderando as pesquisas". O dirigente comunista adverte que não se deve subestimar esta questão pois "a candidatura Collor é alimentada por poderosos grupos das classes dominantes nacionais e pelo capital estrangeiro. É uma espécie de tábua de salvação que encontraram para enfrentar a possibilidade de vitó-

ria da esquerda".

Em diversas intervenções, os integrantes do pleno do CC ressaltaram o papel da mídia e do poder econômico na produção do "fenômeno Collor". Quanto à sua plataforma — moralização, combate aos "políticos" e aos governos — os dirigentes nacionais do PCdoB identificam semelhança com a velha tática de Jânio Quadros e do fascismo. Numa situação de crise generalizada das instituições e de descontentamento das massas, a "condenação ao sistema em geral" pode ser utilizada por aventureiros e demagogos para a implantação de um projeto de **direita**.

Embora Collor seja, no quadro atual, o preferido das classes dominantes, a direção nacional do PCdoB alerta que podem haver mudanças, uma vez que o avanço de Collor desloca grupos políticos das elites estabelecidos de há muito e seu caráter e comportamento aventureiro provocam certas desconfianças em setores das Forças Armadas.

Lula cresce

No entendimento da direção nacional do PCdoB, o centro das preocupações da direita e do centro-direita continua sendo a possibilidade de vitória da esquerda, o perigo que mais os amedronta. Por isso estabeleceram uma estratégia de combate à chapa Lula-Bisol e à Frente Brasil Popular que vai dos ataques e distorção dos fatos através da imprensa, da manipulação dos índices das pesquisas até as intrigas e ameaças de atentado a Lula e a outras lideranças do PT. Nesse sentido, o presidente nacional do PCdoB é enfático: "As

Demarcação de campos e ação de massas

As orientações da reunião do CC do PCdoB

• O centro da estratégia eleitoral deve ser a demarcação nítida de dois campos: de um lado a esmagadora maioria do povo brasileiro, as massas trabalhadoras, os estudantes, a juventude, as mulheres, a intelectualidade, os patriotas e democratas; de outro a grande burguesia, os latifundiários, o imperialismo e seus prepostos, os militaristas, enfim, os inimigos do povo brasileiro. Nesse sentido, o alvo principal do combate político eleitoral é o candidato preferencial das elites, Fernando Collor de Mello.

• Mas é preciso também desmascarar Leonel Brizola e Roberto Freire. Um porque tenta ser o depositário do voto útil progressista e demotivando-se falsamente como o candidato em condições de polarizar com Collor; o outro porque é divisionista e tenta tirar votos da Frente Brasil Popular.

• A campanha precisa ser contundente na defesa dos 13 pontos do programa da Fren-

te Brasil Popular. Somente assim ficará clara para as massas a demarcação dos campos.

• Na etapa atual a campanha eleitoral precisa adquirir volume, através de uma ampla agitação e propaganda e da realização de atos de repercussão. Nesse sentido, a direção nacional do PCdoB indica a realização de uma "Jornada de mobilização nacional".

• Para assumir caráter de massas e se espriar por todo o território nacional, a campanha da Frente Brasil Popular deve se basear nos comitês de massas. Esses comitês podem ser criados mesmo espontaneamente, por iniciativa do povo, independentemente da existência num determinado local dos partidos da Frente Brasil Popular.

• Por fim, é necessário adotar uma estratégia de concentração. Sem deixar de fazer campanha em todos os Estados, os planos devem se orientar no sentido de criar fatos políticos e ações de envigadura nos centros de maior densidade eleitoral.

A orientação sindical

A discussão sobre a atuação dos comunistas no movimento sindical levou o CC do PCdoB à conclusão de que "diante das modificações na situação política, da situação e evolução do quadro sindical, da consolidação da CUT como a central sindical real, da falência do projeto da CGT e da constituição da Corrente Sindical Classista como uma articulação sindical atuante e prestigiada, a integração da CSC na CUT é o caminho que nos possibilita avançar na frente sindical, situados no leito principal de sua luta". A direção nacional do PCdoB considera que atuando nesse leito é possível "polarizar setores de massas e contribuir para transfor-

mar a CUT numa central representativa do conjunto do movimento sindical, atuando de acordo com as exigências maiores da luta emancipacionista, política e social da classe operária e do povo brasileiro".

Segundo a orientação adotada pelo CC do PCdoB, "a integração à CUT não deverá ocorrer espontaneamente, mas de forma dirigida". Os dirigentes nacionais do PCdoB consideram necessário que essa integração "se transforme num evento político-sindical de repercussão, que coloque a Corrente Sindical Classista como um elemento destacado na luta pela unificação do conjunto do movimento sindical".

classes dominantes sabem que o confronto entre a esquerda e os partidos de direita e centro-direita não está descartado, até porque só um cego não vê que a candidatura de Lula está crescendo."

Através de intervenções ilustradas com exemplos vivos sobre o desenvolvimento da campanha por todo o país, os dirigentes nacionais do PCdoB avaliaram seu desenvolvimento até o momento e traçaram as tarefas para a fase decisiva em que ingressa agora. A opinião unânime entre os membros do Comitê Central do PCdoB é que "a campanha sucessória é a maior batalha política das últimas três décadas". A campanha da Frente Brasil Popular tem imenso potencial e consegue atrair, através de mobilizações de rua, a adesão de amplos setores das massas populares, sobretudo os trabalhadores, que se mostram receptivos à mensagem de abrir um novo caminho para o desenvolvimento do país. Por isso, a reu-

nião plenária do Comitê Central do PCdoB considera que "a campanha pode ser vitoriosa e são reais as chances de passar ao segundo turno".

Superar debilidades

A direção nacional do PCdoB analisou ainda as debilidades que a campanha vem apresentando, mormente no que diz respeito ao trabalho com a classe média, ainda indefinida e em expectativa, à defesa do programa de 13 pontos, pouco enfática, ao efeito negativo que exercem sobre a população as dificuldades das administrações municipais do PT e as lutas intestinas nesse partido aliado.

São dificuldades relativas e superáveis. Agora que se encerrou a fase de assentamento de bases da campanha e quando esta ingressa numa nova etapa, é possível tomar medidas políticas e organizativas que tornem factível a possibilidade de vitória. (Ver boxe)

Poder econômico muda regras do jogo

Eugênio Novaes

Haroldo Lima *

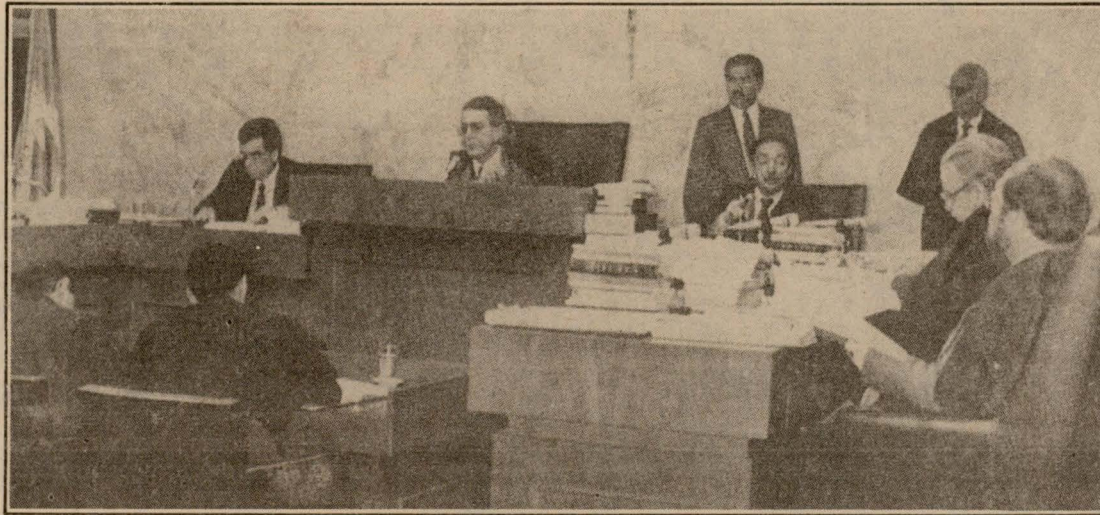
A questão da mudança das regras do jogo eleitoral está em discussão. Os partidários da candidatura Collor de Mello alardeiam o assunto, como se estivessem, intransigentes, defendendo a lisura da campanha. Na verdade, as regras eleitorais estão sendo alteradas. Mas para beneficiar a direita.

Submissão e desfaçatez

O Tribunal Superior Eleitoral portou-se com surpreendente submissão aos interesses reacionários. A surpresa não é tanto a submissão, mas a desfaçatez. A partir de um mandato de segurança impetrado por Paulo Maluf e, depois, de dois mandatos requeridos pela Abert, o TSE investiu contra a lei eleitoral, decidiu pela inconstitucionalidade de um de seus artigos e garantiu o "direito" de cada emissora de rádio e TV promover programas de debates com os candidatos que quiser, durante o tempo que desejar, no período que vai desde agora até o dia da eleição.

O caráter antidemocrático da decisão do TSE é evidente, a sua parcialidade é flagrante. O próprio presidente do TSE, o ministro Francisco Rezek, afirmou, em programa de televisão ("Bom Dia, Brasil"), que ele tinha a expectativa de que as redes de rádio e televisão usassem esse "direito" com maior critério, sem parcialidade, o que redundaria em benefícios para a democracia. A expectativa do sr. Rezek não tem qualquer fundamento.

O que o TSE decidiu foi ampliar acintosamente o poder de intervenção dos grandes meios de comunicação na campanha eleitoral, permitindo que, ao lado do horário gratuito, que



O TSE em sessão. Vergando-se ao poder econômico

vai começar em 15 de setembro, as redes nacionais de rádio e televisão montassem seus programas sem qualquer norma a ser respeitada. Mais ainda: tais programas poderiam ser patrocinados por empresas de grande porte, tudo isso, segundo o TSE, em respeito à "liberdade de informação". É a "liberdade" patrocinada pela Esso, Gillete, etc. Judicialmente, o TSE argumentou estar assim decidindo porque a Constituição (art. 220, parágrafo 1º) proíbe qualquer limitação à liberdade de informação, o que é uma verdade, que deve ser vista ao lado de outro preceito constitucional (art. 14, parágrafo 9º), escandalosamente esquecido, que protege as eleições "contra a influência do poder econômico".

Direita se beneficia

Quando semelhante mudança na legislação existente foi feita pelo TSE só a liderança do PCdoB protestou com energia na Câmara dos Deputados. Especialmente o PRN do sr. Collor alegrou-se com a alteração das regras existentes, pois que favorecia os candidatos, como Collor, apadrinha-

dos pelos meios de comunicação. E não subestimemos a reviravolta feita pelo TSE. A Globo, por exemplo, chamará o candidato que quiser, e não chamará o que não quiser, para apresentar-se no vídeo, durante o tempo que pretender, até as vésperas da eleição.

O horário gratuito hoje existente, através de critérios discutidos e votados, garante o acesso ao rádio e à televisão de todos os candidatos, por tempo proporcional à força parlamentar federal dos partidos que eles representam. Há critérios para o acesso dos candidatos aos meios de comunicação de massa. O TSE acrescentou a esse horário com critérios, o espaço sem critérios, a bel prazer dos grandes veículos de comunicação. Pretextando garantir o direito de informação dos meios de comunicação, o TSE golpeou o direito de o cidadão ser informado com objetividade e imparcialidade. Um disparate jurídico, que ressalta o serviço prestado pelo TSE ao poder econômico que a Constituição diz querer coibir

Foi diante dessa subversão nas regras do jogo que o Colé-

gio de Líderes da Câmara dos Deputados resolveu intervir elaborando um projeto de lei que estabelecia normas para o acesso de candidatos aos programas que as emissoras queriam produzir. Todos os candidatos poderiam participar dos programas, no mesmo dia ou em dias diferentes, eis um primeiro e democrático critério previsto no projeto de lei.

Depois previu-se também que os debates "serão organizados e coordenados por um comitê constituído por um representante de cada partido ou coligação", como forma de evitar o prevaricamento do poder econômico e de garantir o direito de toda a população à ampla informação. Em suma: à "liberdade" sem critérios dada pelo TSE aos grandes meios de comunicação, a proposta dos líderes na Câmara contrapunha critérios que resguardavam o direito de todos os candidatos e do povo.

Foi o que bastou para o PRN do sr. Collor, que nunca tinha ido ao plenário da Câmara, se levantasse para denunciar a mudança das regras do jogo. Embusteiros por opção política, os homens do PRN passaram a denunciar a

"ruptura com as regras do jogo", mas referindo-se à cédula eleitoral única existente anteriormente (com os nomes escritos de todos os candidatos), que seria trocada pela cédula em branco. A cédula em branco dificultaria o voto do analfabeto, dizia o pessoal do PRN, inesperadamente transmutados em defensores dos marginalizados. Só que não havia a proposta de cédula em branco, aventada em determinado instante, mas que, devido à argumentação da liderança do PCdoB, foi afastada em benefício de uma cédula mista. O PRN fazia de conta que não sabia disto, investindo contra uma alternativa inexistente. Chegada a hora de votação no plenário da Câmara, o líder do PRN, reiterando o seu protesto contra a mudança das regras do jogo, pediu que seus seguidores abandonassem o plenário para não haver quorum para a votação. O que de fato aconteceu.

Nova batalha

A batalha parlamentar voltará a ser travada, talvez dia 13. A consequência prática será grande. Se não for aprovada a proposta elaborada pelo Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, a campanha eleitoral estará completamente subordinada aos grandes meios de comunicação, que inclusive já tramam fazer entre si algum acordo.

Desse episódio, a Justiça Eleitoral sai gravemente comprometida. O TSE colocou-se a serviço de interesses de facção. Favoreceu a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a poderosa Abert, ponta de lança do poder econômico na campanha eleitoral em curso.

* Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

Manifesto de apoio à FBP circula amplamente

A mídia não informou, mas está circulando amplamente o manifesto de apoio à chapa Lula-Bisol, assinado por renomadas personalidades dos meios culturais, artísticos, científicos e religiosos do país (veja notícia no encarte "A campanha em marcha" publicado na edição passada da Classe). Eis a íntegra do manifesto.

Nós, intelectuais brasileiros, escritores, professores, cientistas, artistas, compositores e músicos, cineastas, juristas, ecologistas, trabalhadores, sindicalistas, homens, mulhe-

res e jovens que atuamos nas áreas cultural e política, vimos declarar nosso apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva e José Paulo Bisol à presidência e vice-presidência da

República, lançadas pela Frente Brasil Popular.

Acompanhamos com vivo interesse a disputa democrática que se realiza em função do pleito de 15 de novembro. Julgamos ser propício o momento para desenvolver a organização e a educação política do povo, objetivando tornar realidade as profundas transformações que a nação reclama insistentemente desde a campanha das Diretas-Já, em 1984.

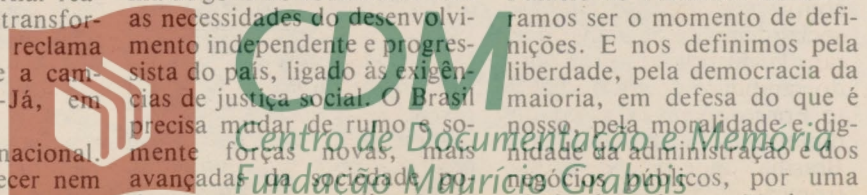
É grave a situação nacional. Não se pode obscurecer nem simplificar o quadro dramático que a realidade brasileira oferece, no qual sobressai aspecto social angustiante. A cri-

se prolongada em que o Brasil se debate projeta sérias consequências para o futuro de nossa pátria.

Optamos pelas candidaturas Lula e Bisol porque acreditamos que elas representam a maioria da população de nossa terra, e defendem um programa de governo condizente com as necessidades do desenvolvimento independente e progressista do país, ligado às exigências de justiça social. O Brasil precisa mudar de rumo e somente forças novas, mais avançadas, na sociedade, podem assegurar a realização de um novo e moderno projeto nacional destinado a superar o sistema conservador e retró-

grado das classes dominantes.

Estamos decididos a constituir, em apoio político à Frente Brasil Popular, um Conselho Nacional com caráter consultivo e função mobilizadora da opinião pública a fim de contribuir para a vitória da Frente e de seus candidatos ao Palácio do Planalto. Consideramos ser o momento de definições. E nos definimos pela liberdade, pela democracia da maioria, em defesa do que é nosso, pela moralidade e dignidade da administração e dos métodos políticos, por uma pátria de todos e não de uns poucos, de homens e mulheres que criam, trabalham e produzem as riquezas da nação.



Passeata contra a dívida externa em SP

Paulo Torraca *Edição*

Enquanto as classes dominantes e os militares comemoram o 7 de setembro com desfiles de tropas e tanques, ao mesmo tempo em que fazem planos para satisfazer ainda mais o apetite do capital estrangeiro, as forças progressistas e populares também procuram as ruas, mas para lutar, ao lado do povo, pela conquista da verdadeira independência nacional, contra a dívida externa e as privatizações.

Na véspera do Dia da Pátria, à tarde, cerca de 2 mil pessoas — tendo à frente dirigentes da Frente Brasil Popular e seu candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva — saíram em passeata pelo centro de São Paulo para exigir a suspensão do pagamento da dívida externa, o rompimento dos acordos com o FMI e os bancos estrangeiros e protestar contra a privatização das empresas estatais executada pelo governo Sarney.

Fora FMI

Gritando palavras de ordem contra o FMI e em apoio à candidatura Lula-Bisol à Presidência, a multidão percorreu o coração do sistema financeiro nacional — saindo do Largo São Bento, passando pelas ruas Álvaro Santiago, 15 de Novembro, Boa Vista até a Praça Antonio Prado, onde ocorreu uma breve concentração, prejudicada pela chuva, com comício.

Frente à sede dos grandes bancos, nacionais e estrangeiros, o candidato da Frente Brasil Popular deixou claro que pretende realizar um governo radicalmente diferente das administrações que até o momento foram feitas no país e que são caracterizadas pelos privilégios que concedem aos grandes grupos econômicos — especialmente aos poderosos

bancos estrangeiros e nacionais.

A passeata foi interrompida diante do Banco do Brasil para que Lula pudesse entrar no estabelecimento e fazer uma breve visita aos funcionários, ocasião em que combateu o plano de privatização do banco. “Nós não iremos permitir que o Banco do Brasil seja entregue à iniciativa privada nacional ou estrangeira. É um patrimônio do povo e não apenas o presidente da República, mas todo o povo brasileiro, vai lutar contra a privatização”, garantiu.

Diante da sede do Banco Itaú ele voltou ao tema lembrando que “os bancos estatais respondem por 60% do crédito destinado ao setor produtivo, enquanto os bancos privados vivem principalmente da vergonhosa ciranda financeira, especulando com títulos do governo federal e auferindo, com isto, lucros fabulosos. No meu governo vai acabar esta moleza de banqueiro ganhar dinheiro fácil à custa do povo e da exploração dos bancários. Banqueiro também não vai poder facilitar a fuga criminosa de capital como faz hoje. O papel dos bancos vai mudar, não vai ser mais de agiotagem como de fato é hoje”.

Entusiasmo

A passeata e o candidato da Frente Brasil Popular foram



Cerca de 2 mil pessoas percorreram o centro financeiro da capital

aplaudidos e saudados de forma entusiasmada por populares — em sua maioria bancários — das janelas dos prédios, de onde partiram chuvas de papel picado durante todo o trajeto percorrido pelos manifestantes.

No ato realizado na Praça Antonio Prado, sobre um modesto carro de som, a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, observou que a passeata deu início “à virada”. “O povo decidiu pela mudança e vai dar o troco em 15 de novembro. Vamos eleger Lula presidente e isto é o início de transformações profundas na vida do país. Transformações que começam com o primeiro ato do governo, a suspensão do pagamento da dívida externa, que é a causa maior do sofrimento e da miséria do povo brasileiro. Por conta da dívida é que os salários estão arroxados, o sistema de saúde falhou, faltam habitações para o povo, assim como escola e transportes.”



Lula e João Amazonas à frente da caminhada

João Amazonas, presidente nacional do PCdoB, que acompanhou toda a caminhada, disse, por sua vez, que a eleição do candidato da Frente Brasil Popular “vai mudar a cara do Brasil. Hoje a cara do Brasil é a cara dos banqueiros, das multinacionais, das elites. Com a eleição de Lula o Brasil passará a ter a cara da classe

operária, dos camponeses, da intelectualidade progressista, enfim, do povo”. A manifestação também contou com a presença do presidente da Câmara, Eduardo Suplicy, o vereador do PCdoB, Aldo Rebelo, o presidente do PT, Luis Gushiken, dirigentes do PSB e outras personalidades.

Independência, só com novo regime

Na passagem de mais um aniversário da proclamação da independência, o país vive intensa polêmica sobre o caráter e os rumos do seu desenvolvimento histórico, que divide irremediavelmente a nação em dois campos opostos.

O imperialismo e seus aliados internos orquestram ruidosa campanha propagandística sobre os “benefícios” que o capital estrangeiro traz ao país em termos de incremento da produção, avanço da infraestrutura e modernização dos costumes. Nisso contam até com a providencial ajuda de social democratas e revisionistas. É ilustrativo o encontro do candidato do PCB, Roberto Freire, semanas atrás, com diplomatas estrangeiros em Brasília, onde o representante tropical da perestroika superou a expectativa dos credores ao declarar: “Se fosse há 20 anos, seria contrário à presen-

ça do capital estrangeiro no país, embora isso já fosse um anacronismo. Hoje acho que o capital estrangeiro tem contribuições a dar ao nosso desenvolvimento.”

Moda nazista

À moda do ministro da propaganda do nazismo, tenta-se repetir à exaustão uma mentira até que ela pareça verdade. Todos os candidatos das classes dominantes de uma ou outra maneira engrossam o coro do entreguismo com notas cada vez mais estridentes: “internacionalizar a economia”, “vender as estatais”, “securitizar a dívida”, “não calotear os credores”, “renegociar”, “honrar os compromissos”, são palavras de ordem que repetem, a cada debate ou entrevista, Collor de Mello, Ulysses Guimarães, Paulo Maluf, Aureliano Chaves, Mário Covas,

Afif Domingos, Leonel Brizola e o próprio Freire. A orquestração é tamanha que durante os trabalhos de elaboração da nova Carta constitucional, ano passado, um pool de multinacionais capitaneado pela vetusta Fiesp produziu um milionário programa de vídeo que foi ao ar em rede nacional de televisão no horário nobre para convencer o povo e os constituintes das excelências do capital estrangeiro.

Mas a dramática situação de crise econômica e social que degrada numa espécie de agonia lenta a vida da nação, provém exatamente da brutal espoliação que desde há muitas décadas os monopólios da oligarquia financeira internacional exercem sobre o país, intensificado ao extremo a partir da implantação de uma ditadura militar sob os auspícios do Departamento de Estado norte americano.

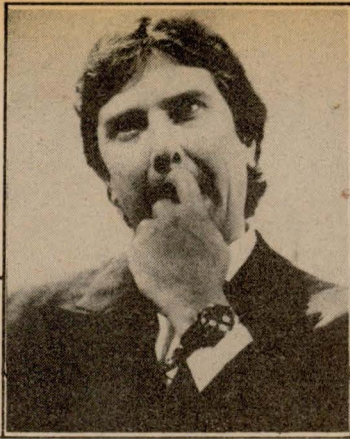
O estrangulamento da economia brasileira deriva do endividamento externo, o qual, por sua vez, resulta do modelo capitalista dependente. O país encontra-se estagnado, sem registrar crescimento do PIB per capita desde o início da década, em decorrência da sangria de recursos para o exterior para pagar religiosamente os juros e as parcelas vencidas da dívida.

A economia já é desnacionalizada há tempo. Grande parte do parque industrial, sobretudo os setores de ponta, são monopolizados pelo capital estrangeiro, a agricultura se orienta pelos ciclos da demanda internacional, as riquezas nacionais são saqueadas e faixas cada vez maiores de terras são ocupadas por proprietários estrangeiros.

Enquanto isso, a crise social se espalha, assumindo ares de tragédia nacional. Não há re-

ursos para investir em educação, saúde, habitação, pesquisa científica, enfim, para assegurar um padrão de vida minimamente digno aos brasileiros.

Romper com a dependência externa é problema eminentemente político. Enquanto o poder do Estado estiver nas mãos das elites que governam o país desde sempre, submissas e vendidas aos dominadores alienígenas, a perspectiva é o agravamento continuado da crise econômica e social. A conquista da independência nacional, pela qual já se bateram milhões de brasileiros de muitas gerações, é objetivo umbilicalmente ligado ao advento de uma nova sociedade, com novas classes no poder — operários e demais massas trabalhadoras — sociedade regida por uma ordem democrática e popular, no rumo do socialismo.



Alberto William/Fóton

As pesquisas são manipuláveis

Não diga mello ao Brasil

Otávio Sitônio Pinto*

Querem mellar o Brasil com o mellaço das usinas de Alagoas, beneficiadas pelo acordo mellado que o ex-governador Collor de Mello fez com os usineiros, devolvendo aos latifundiários da cana-de-açúcar o imposto do povo. Imposto que já fora rescarcido. Imposto que o Supremo Tribunal Federal mandara suspender mas não devolver. Imposto que a nova Constituição considerou obrigatório, legítimo, indiscutível, anulando a decisão de efeito apenas suspensivo do STF. Imposto que só o Estado de Alagoas, por intermédio do ex-governador Collor de Mello, devolveu, ou pior, deu aos marajás do mel, em troca — segundo denúncia da promotora pública — de doces vinte por cento.

A mellada só não foi maior porque a Justiça de Alagoas anulou o acordo imoral de Mello com os marajás do mel. Se Mello fez essa melleira, pagando aos marajás do mel uma dívida que Alagoas não devia e que já tinha sido paga pelo IAA, o que ele faria se fosse eleito presidente do Brasil com relação à dívida externa? Dívida que o povo não deve (como o povo de Alagoas não devia) por várias razões: porque nunca tomou aqueles dólares emprestados, porque nunca usufruiu daqueles dólares e porque, mesmo sem dever, já pagou muitas vezes aqueles dólares aos marajás internacionais. Mello, o marajá do mel, quer ser presidente e já diz que pagaria a dívida que o Brasil não deve. Por isso, os marajás internacionais, ditos credores do Brasil, já estão sonhando com o mellado de Mello, segundo as manchetes dos jornais.

O suor do povo de Alagoas foi transformado em mellaço no acordo de Mello com os marajás do mel. O governo de Mello em Alagoas foi uma lua-de-mel imoral com os marajás do latifúndio, adocada com o açúcar dos acordos e regada com o álcool

das usinas. Foi isso o que Mello chamou de "reforma agrária". Marajá Mello deixou escolas e hospitais para dar o ICM às usinas. Só se viu coisa igual nas tiranias de Papa e Baby Doc, Idi Amin Dada e Alfredo Stroessner, ditadores do Haiti, de Uganda e do Paraguai. Agora, o Baby Collor de Alagoas quer alagar o Brasil com sua melladeira medonha. O Papa mello já mostrou o que é capaz de fazer, mellando Maceió com a Melleira de um emissário submarino que só deu descarga no bolso mellado, e outras mellongas:

— o Banco do Estado de Alagoas (Prosuban), afundado na melladeira com os usineiros;

— os contratos de mel com empresas de parentes;

— as reportagens e capas de revistas, melladas com a cana de Mello, que o novo governo de Alagoas se recusou a pagar;

— as viagens para a Europa e os Estados Unidos, com a corte de Mello, por conta do Estado;

— os presentes às amizades colloridas, comprados com a verba secreta do Palácio;

— as verbas derramadas como o verbo mellar;

— as nomeações, de uma só vez e à véspera da eleição, de cinco mil marajás que mellaram;

— a mellação de out-doors por todo o país.

O Brasil já está mellado demais pelo mellaço do Pródcool, pela melleria da dívida externa, pela mellancolia da inflação, pela mordomina melliflua, pela corrupção mellenta. Basta de melladeira, chega de mellação. Se algum ingênuo mellou, você não vai mellar. Você não vai dizer mello ao Brasil.

* Jornalista, publicitário e assessor de imprensa da Frente Brasil Popular na Paraíba

Levieux Santos

Em tempo de eleições, os institutos de pesquisa de opinião pública acabam ganhando notoriedade além da conta, pois, em alguns casos, passam a ser peças fundamentais na montagem da estratégia geral de campanhas dos candidatos.

Com a regulamentação final das eleições presidenciais que ocorrerão em novembro e com a liberação da divulgação de resultados de pesquisas até o dia da eleição, os principais institutos estão em campo, entrevistando a população, fazendo contratos ora com candida-

tos, ora com poderosos veículos de comunicação de massa.

Os atuais institutos

Basicamente quatro grandes institutos de pesquisa de opinião pública organizam as enquetes e entrevistas, visando aferir a tendência do eleitorado. São eles o Ibope, o maior de todos com mais de 1.400 funcionários; o Instituto Gallup; o Instituto Vox Populi e o Data Folha. Essas organizações hoje estão amarradas da seguinte maneira: o Ibope está com contrato exclusivo com a Globo; o Gallup assessora o PMDB; o Vox Populi, assessora o PRN, de Collor de Mello e o Data Folha afirma que "está de rabo preso só com o leitor..." (sic).

A metodologia adotada

As pesquisas de opinião pública passam a ter mais credibilidade junto à sociedade a partir da eleição de Franklin Delano Roosevelt, em 1936, nos Estados Unidos, quando o Instituto Gallup Americano, entrevistando em todo o país apenas 1.500 pessoas, conseguiu antecipar essa vitória com uma margem de erro de apenas 4%. A partir de 1950 a margem de erro passa a ser de 1%.

No Brasil, as pesquisas passam a ser a grande atração das campanhas a partir de 74, com a grande vitória das oposições nas eleições para o Senado. O Gallup Brasileiro previu, por exemplo, a vitória de Quéricia para o Senado em S. Paulo com uma margem de erro de apenas 2%.

O instrumental teórico que garante às pesquisas a sua vali-



dade científica, foi fornecido pelos matemáticos Blaise Pascal e Pierre Fermat, que desenvolveram os primeiros estudos da lei das probabilidades. Isso significa dizer que ao se entrevistar um determinado número de pessoas, cuja estratificação seja semelhante à do universo, haverá uma grande probabilidade de esse resultado refletir o todo.

A manipulação e a ética

É possível, mesmo considerando essa cientificidade, haver manipulação das pesquisas de opinião pública? Manipulação é sempre possível ocorrer, mas os institutos mais respeitados como o Ibope não devem querer colocar em risco o seu prestígio a troco de pouca coisa.

Por outro lado, esta eleição não é uma eleição qualquer. O que está em jogo é o poder político do maior país do continente latino-americano. As elites dominantes possuem basicamente a maioria dos candidatos e a oposição popular e democrática apenas um, e esse é um operário metalúrgico, que é o Lula, apoiado pela Frente Brasil Popular (PT, PCdoB e PSB).

A quem interessaria neste momento tentar uma manipulação dos números das pesquisas? Será realmente que o Lula, com toda a militância que o apóia, com a estrutura de todos esses partidos de esquerda que estão na sua candidatura, estaria mesmo em 3º ou 4º lugar?

Os fatos e a vida estão contrastando com as pesquisas.

Os comícios de Lula têm atraído milhares de pessoas nas capitais e no interior. As panfletagens em portas de fábrica têm sido imensas e bem recebidas pelos operários. Mesmo no visual (cartazes, plásticos de carros e **bottons**), a campanha de Lula está muito densa, maior do que a de Covas, Brizola e Maluf (candidatos que alguns institutos aferem como possuindo mais intenções de voto que Lula).

O certo é que qualquer manipulação que venha a ocorrer, deve se dar na fase de processamento dos dados de campo nos computadores do instituto. Isso se chama de "efeito delta", ou seja, um simples programa acoplado ao principal que poderia determinar que os computadores aplicassem ou um redutor ou um multiplicador em determinadas candidaturas, elevando-as ou diminuindo-as artificialmente segundo os interesses dos que estariam por trás dos resultados.

É preciso que seja democratizado o acesso à metodologia adotada pelos institutos; é preciso que sejam divulgadas as recusas de entrevistas; todos precisam ficar sabendo os números espontâneos e os estimulados; os partidos — os maiores interessados na fidelidade dos resultados — devem ter o direito de indicar fiscais de acompanhamento da coleta de dados e tabulação de resultados.

Para a consolidação da democracia, a documentação e a transparência e a garantia da realização das eleições, é preciso também que possamos contar com institutos de pesquisa de opinião respeitados e idôneos.

O PROGRAMA DA FRENTE

Objetivo é conquistar novo tipo de governo

Concluindo matéria iniciada na última edição da *Classe*, José Renato Rabelo* mostra que ao vencer as eleições, a Frente Brasil Popular se verá imediatamente diante de um dilema. Ou supera os limites da simples vitória eleitoral, e conquista o poder do Estado apoiada em ampla mobilização de massas, ou vacila, retrocede e é golpeada pelas forças reacionárias.

A atual campanha presidencial expressa a existência de dois campos antagônicos, resultantes do nível da situação política nacional — o campo das classes populares e o das classes dominantes. As elites dirigentes procuram esconder essa realidade e semear ilusões de que todos os candidatos são semelhantes, sendo que uns são mais “preparados” e “competentes” que outros.

Características do governo democrático e popular

O projeto político, econômico e social apresentado pela Frente Brasil Popular através de seu programa de 13 pontos é novo, moderno e distinto de todos os demais. Indica a solução dos problemas fundamentais do país, a partir de uma posição e dos métodos das classes populares, adquiridos na experiência da luta. O primordial desse novo projeto está na questão do caráter e do tipo de governo.

Assim, o destaque do programa de coalizão dos partidos de esquerda que apoiam a candidatura de Lula está na formação de um governo democrático e popular — governo novo, sobre bases novas. Governo do povo, baseado na organização popular. Esta experiência ainda não existiu na história política de nosso país, sendo, por isso, o moderno, o insólito dentre todas as plataformas de governo apresentadas nas eleições à Presidência da República. Até aqui os governos que se sucederam no Brasil e as propostas apresentadas por todos os partidos atuais, exceção à Frente Brasil Popular, o máximo que puderam fazer são concessões parciais, logo canceladas, afirmações de promessas não cumpridas, ilusões disseminadas. Nas palavras governo para o povo, na prática governo burguês-latifundiário, antidemocrático, antipopular. Outro é o governo democrático e popular. Quais as suas características mais importantes?

Em primeiro lugar, o governo democrático e popular, como afirma o programa da Frente, “representa as classes

trabalhadoras da cidade e do campo, as camadas médias, os pequenos e médios produtores, a intelectualidade democrática e todos os setores discriminados pelo capitalismo”. Tem seu núcleo principal de sustentação na unidade dos operários, em aliança com os trabalhadores rurais.

Segundo, o governo democrático e popular se diferencia dos demais porque estimula a luta, a iniciativa e a independência das massas e confia nas suas organizações mais avançadas.

Terceiro, esse governo deverá ser constituído pelos partidos operários e populares, setores progressistas e democráticos da sociedade, com posição e experiência a serviço da luta do povo.

Por último, somente um governo com essas características é capaz de discernir e viabilizar um programa efetivamente democrático e buscar uma saída popular para a profunda crise em que as classes dominantes meteram o país. Na realidade concreta de hoje, esta se resume na plena democratização do Estado e da sociedade; no desenvolvimento econômico para a grande maioria, com a conquista da independência nacional; na realização da reforma agrária antilatifundiária e comprometida com os interesses dos camponeses; na distribuição efetiva da renda e eliminação das desigualdades sociais e regionais.

Limites do governo democrático e popular

A vitória da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais permitiria a formação do governo democrático e popular, contrário aos interesses das classes que mandaram até hoje em nosso país, descortinando um novo tempo e uma nova situação para a nação brasileira. A correlação das forças sociais penderia para o lado dos trabalhadores e do povo, as forças políticas populares e progressistas ficariam fortalecidas e cresceriam, as representações políticas das classes dominantes seriam derrotadas e enfraquecidas. Um



Depende da energia e da iniciativa do povo o êxito do governo da Frente

novo caminho de progresso social se iniciaria.

Porém, não temos ilusão.

Nas condições presentes da sociedade brasileira o êxito das forças populares e progressistas através das eleições e a subsequente instalação de um governo de base popular enfrentaria um sistema de resistência estruturado, que impediria em grande parte, durante certo tempo, a aplicação do programa proposto. O governo instalado teria realmente um caráter democrático e popular limitado.

Assim, poderia avançar superando sua limitação, tendo em vista realizar as tarefas democráticas e populares completamente, ou vacilar e até retroceder, ou ser mesmo golpeado pelas forças reacionárias. Este aspecto de limitação do alcance do governo decorre da existência do problema fundamental de todo processo político e revolucionário, negado e esquivado pelo oportunismo em todas as épocas, o problema do poder. O abc do marxismo, a experiência secular do movimento operário e popular em qualquer quadrante do mundo, demonstra que atingir o governo do Estado por uma forma ou outra não é a mesma coisa que conquistar o poder do Estado. Este compreende um arcabouço, um aparato e um sistema montado durante muito tempo pelas classes dominantes, que não se resume aos ministérios ou à

parte executiva. Este “aparato pensa, sente e trabalha à antiga”, como dizia Lênin.

No caso concreto do Brasil, a justiça, as forças armadas e policiais, a hierarquia e os privilégios públicos, a estrutura administrativa das empresas estatais estão impregnadas do espírito antidemocrático, estão atados por milhares de meios aos grandes capitalistas, aos interesses do capital estrangeiro e aos latifundiários. Esta velha máquina estatal está condicionada por esses interesses poderosos, que comandam também toda a economia. Composto esse quadro de poder dominante, na Câmara e no Senado predominam amplamente os partidos das classes dominantes.

Perspectiva do governo Democrático e popular

Podemos compreender que em tais condições, mesmo após a vitória eleitoral e a formação do novo governo, a aplicação conseqüente e plena do programa democrático e popular somente seria possível com a tomada do poder do Estado pelas forças operárias e populares. Para chegar a isso, o êxito eleitoral já traria inicialmente grande modificação na correlação das forças políticas em favor do popular. Mas a conquista completa do poder político para a coalizão do bloco popular e democrático é uma virada, uma mu-

dança qualitativa, uma revolução. Não poderia ocorrer em processo retilíneo ou simplesmente gradualista. Dependeria da elevação da consciência política das massas, da unidade da classe operária e dos trabalhadores, do apoio da maioria da população, da mudança da correlação de força para o lado popular no Congresso Nacional.

Entretanto, a democratização efetiva do Estado e da sociedade, chegando ao nível da substituição do velho aparato estatal, só é possível, conforme mostra a experiência da luta social, com o desenvolvimento das formas de luta e de organização mais avançadas das massas, necessárias para vencer as sabotagens e quaisquer formas de resistência das classes dominantes e dos setores mais reacionários.

As formas e os contornos que esse processo possa tomar dependem das particularidades da nossa luta política, do quadro de forças, do nível do movimento popular e do papel dirigente que os operários como classe venham a desempenhar.

O êxito completo das tarefas econômicas e sociais do novo governo depende, assim, do avanço da luta, da organização da energia e da iniciativa das massas.

*Da Executiva nacional do PCdo B e da direção nacional da Frente Brasil Popular

O país comemora dez anos de anistia

Diversas atividades marcaram a comemoração do 10º aniversário da promulgação da Lei da Anistia (veja matéria na **Classe** n.º 26, pág. 23), em 28 de agosto.

Por iniciativa do deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA), a Câmara dos Deputados realizou sessão especial para celebrar a data. "O entendimento que temos é que a anistia é o reconhecimento de que nossa condenação era injusta, de que temos o direito de continuar a fazer em liberdade o que vínhamos fazendo às escondidas", disse o deputado Haroldo Lima em seu pronunciamento, negando a terminologia jurídica tradicional que considera a anistia um perdão ou mesmo um esquecimento. "Nunca aceitamos a idéia de que fomos perdoados. Julgávamos e ainda julgamos que não praticamos nenhum crime que precisasse ser perdoado, nem fomos autores de nenhum ato imoral a ser esquecido", acrescentou Haroldo.

Além do líder do PCdoB na Câmara Federal, falaram ainda o deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO), o deputado Artur da Távola (PSDB-RJ), Ruy Nedel (PMDB-RS), Lisâneas Maciel (PDT-RJ), Paulo Delgado (PT-MG) e José Carlos Sabóia (PSB-MA), representando as bancadas dos seus partidos. Também se pronunciaram na sessão os deputados Eduardo Bomfim (PCdoB-AL), Lidice da Mata (PCdoB-BA), Edmilson Valentim (PCdoB-RJ), Célio de Castro (PSDB-MG) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Haroldo Lima e Aldo Arantes são os únicos parlamentares brasileiros que se encontravam presos no dia da anistia. Ressaltando o fato em seu pronunciamento, Haroldo destacou a necessidade de complementar a anistia. Em primeiro lugar, recordou, a anistia não beneficiou os militares punidos pelos atos de exceção, "exatamente por não se terem curvado aos golpistas de 64. Anistiar esses militares é uma tarefa que ainda se coloca para a sociedade brasileira".

A anistia nunca será completa, afirmou o deputado comunista, "enquanto não for revelado à nação o paradeiro dos diversos desaparecidos políticos, especialmente o destino dos mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia". Na opinião do deputado, "enquanto isto não vier a público a anistia estará incompleta e a democracia maculada".

Condenação aos torturadores

Aldo Arantes condenou a anistia aos chamados "crimes conexos aos crimes políticos" — "uma forma camuflada e envergonhada que a ditadura encontrou para assegurar anistia ampla, geral e irrestrita aos



Lula na reinauguração da Tribuna Livre Teotônio Vilela

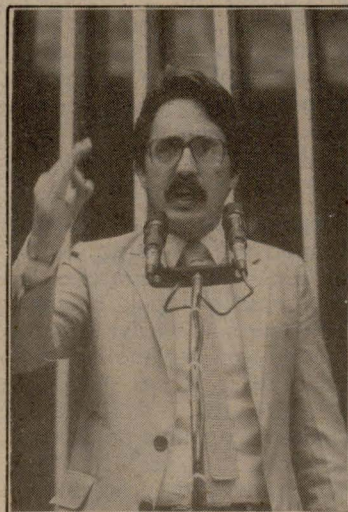
torturadores e àqueles que desprezaram os direitos humanos". A luta pela complementação da anistia faz parte da luta maior pela democratização efetiva da sociedade brasileira que, do ponto de vista político, ressaltou Aldo Arantes, "está umbilicalmente ligada à luta pelo fim do militarismo, pela subordinação dos militares ao poder civil, pela redefinição do papel das Forças Armadas na sociedade brasileira".

Tribuna livre

Em São Paulo os integrantes



Haroldo, Aldo e Jandira organizaram atos que são marcos políticos



PCdoB. Mais uma vez ficou evidenciado que as forças populares são as únicas a empunhar com consequência as bandeiras das liberdades democráticas.

A luta continua

Sob a palavra de ordem "Anistia, a luta continua", a deputada estadual do PCdoB no Rio de Janeiro, Jandira Feghali, promoveu ato público no plenário da Assembleia Le-

gislativa para comemorar a passagem do 10º aniversário da Lei da Anistia.

"Não podemos negar que conseguimos arrancar conquistas importantes através da luta de diversos segmentos da sociedade, como a volta dos exilados e a libertação dos presos políticos. Mas até hoje muitas pessoas não foram anistiadas e permanece sem esclarecimento o paradeiro dos desaparecidos políticos durante a luta contra a ditadura militar", declarou Jandira ao abrir o ato, após a execução do Hino Nacional.

Logo à entrada do plenário a prova silenciosa e viva da violência cometida pela ditadura militar eram os cartazes, murais e fotos que mostravam os desaparecidos na guerrilha do Araguaia e vários outros militantes assassinados pela repressão. A exposição mostrava também fotos e documentos testemunhando a luta pela anistia que envolveu milhares de pessoas em todo o país na década passada.

Dentro do plenário estavam familiares das vítimas, militantes daquele período, e pessoas anistiadas, como Mário Lago e Nelson Rodrigues Filho, além de outras figuras marcantes da luta pela anistia.

Um dos momentos mais emocionantes foi quando discursou D. Cordolina Fonteles, mãe de Paulo Fonteles, assassinado pela UDR no Pará há dois anos. D. Cordolina contou a trajetória de luta do seu filho, que foi preso político na época da ditadura militar e disse que ele "está vivo porque vivas estão suas idéias".

Falou também José Arildo



Elza continua a luta

luta pela independência política e econômica do Brasil, seguindo o exemplo "dos que ficaram pelo caminho na mesma luta pela reforma agrária, a soberania nacional e a liberdade".

Ampla adesão

Durante o ato foi distribuído um manifesto lembrando à nação brasileira a tortura e a humilhação que sofreu e sofre e que os algozes continuam impunes e são até promovidos. O manifesto contou com a adesão de: Modesto da Silveira, advogado de presos políticos; D. Nieta Campos da Paz, do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas; D. Yolanda Pires, primeira-dama da Bahia, da Liga de Defesa dos Direitos Humanos; Iramaia Benjamin, do Comitê Brasileiro pela Anistia; Célia Linhares, do grupo Tortura Nunca Mais; Márcia Santa Cruz, do Comitê dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos.

Foi um ato representativo, que contou com a participação de entidades e personalidades como: Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Ordem dos Advogados do Brasil; Milton Temer, deputado estadual (PT-RJ); Yara Vargas, deputada estadual (PDT-RJ); Heloneida Studart, deputada estadual (PSDB-RJ), Corrente Sindical Classista; Central Única dos Trabalhadores; Cons. Regional de Medicina do Est. do Rio de Janeiro; Sindicato dos Escritores; Sindicato dos Metalúrgicos; União Brasileira de Mães; União da Juventude Socialista e União Brasileira de Estudantes Secundaristas, entre outras. Também estiveram presentes os dirigentes da Frente Brasil Popular no Estado do Rio de Janeiro; da direção nacional do PT e Maria Dolores Bahia, presidente regional do PCdoB e integrante da direção nacional. (Das sucursais).



Ribeiro, presidente da União dos Militares Não Anistiados (UMNA). Ele denunciou o sucateamento da nação pelos poderosos e o saque que o país sofreu durante os anos do regime militar. Condenou ainda o atrelamento do governo Sarney aos militares e ao capital internacional.

Elza Menerat, da direção nacional de Feghali e representante do Comitê dos familiares dos mortos e desaparecidos no Araguaia, conclamou à

Campanha eleitoral é desafio ao crescimento do Partido

Carlos Augusto Diógenes*

O Partido Comunista do Brasil está empenhado numa grande batalha política, de significado estratégico — a campanha presidencial. Pelo papel que desempenhou na construção da Frente Brasil Popular, o Partido sai desta primeira fase da campanha com uma imagem positiva junto a amplos setores populares, democráticos e progressistas da sociedade. Isto aumenta a responsabilidade de seus efetivos (militantes e quadros), que precisam elevar o nível de sua mobilização na campanha sem se deixar levar pelo clima de desânimo que a propaganda das classes dominantes procura criar ao apontar a batalha do primeiro turno já decidida em favor de Collor e Brizola.

Nunca é demais recomendar que as direções regionais intensifiquem e aprofundem a discussão política com o conjunto da militância sobre o caráter da luta em curso, sobre as possibilidades reais de vitória, de a campanha empolgar multidões e de a Frente Brasil Popular se consolidar perante o eleitorado como a única saída para a crise brasileira.

Campanha no interior

A campanha não pode se limitar às capitais e às cidades onde o Partido já está estruturado. Ela precisa atingir todos os municípios, até porque os programas de rádio e televisão atingirão todos os rincões do país. Apoiando-se nos comitês municipais já existentes é possível atingir cidades vizinhas e nesse processo construir o Partido em centenas de novos municípios. A participação dos

comunistas nas eleições municipais de 1988 interiorizou o Partido e projetou lideranças comunistas em muitas cidades. Estamos agora diante de uma nova oportunidade para estender a organização partidária no interior. Por isso, de acordo com critérios de prioridade, as direções regionais devem otimizar a utilização dos instrumentos de que dispõem para atingir o maior número possível de cidades. A divisão de cada Estado por regiões e a responsabilização de quadros do comitê regional para acompanhar de perto o trabalho partidário em cada uma delas é uma forma concreta de dirigir o Partido no atual momento. A participação dos comunistas em caravanas da Frente Brasil Popular constitui outra forma de impulsionar a atividade partidária no interior.

Bases em movimento

Nesse trabalho, grande papel está reservado às direções municipais e distritais. Ao lado dos demais partidos da frente, essas instâncias têm inúmeras tarefas de massa — formação de comitês da frente, organização de comícios e passeatas. Ao realizar esse trabalho as direções municipais e distritais cuidam também de mobilizar a estrutura partidária já existente e de organizar novas bases em empresas, escolas e bairros.

Para isso, usam métodos de direção dinâmicos, espírito prático, criatividade, combatem a passividade, a lentidão, o burocratismo e a rotina e contam com a ajuda direta das executivas dos regionais que devem praticar a direção concreta, descendo aos municípios e distritos e sugerindo so-

luções para os problemas que surgem.

Particularmente importante é o papel das bases partidárias nos grandes e médios municípios. O organismo de base deve se tornar o impulsionador da criação dos comitês da Frente Brasil Popular nas empresas, escolas, universidades, bairros, repartições públicas etc. É um trabalho que exige dos militantes capacitação política, ofensividade, organização e perseverança. O secretariado do organismo de base precisa comandar de fato a ação dos militantes.

Especial atenção deve ser dada ao engajamento na campanha dos antigos filiados e ao recrutamento de novos aderentes ao Partido. É necessário combater a visão equivocada de abandonar o trabalho com os filiados, como se eles só tivessem sido úteis para a obtenção do registro legal. Todo organismo de base deve reatar o contato com os filiados ainda não incorporados à estrutura partidária, explicar-lhes a política do Partido e colocá-los em ação na campanha eleitoral. Nesse processo muitos filiados se incorporarão à estrutura do Partido e se tornarão ativos militantes. A proporção que a campanha cresce e adquire caráter de massas torna-se viável também a ampliação das fileiras comunistas com a intensificação do recrutamento de novos filiados. Além dos resultados políticos, a batalha sucessória pode deixar um significativo saldo para o Partido — seu crescimento e consolidação organizativa.

*Secretário de organização do Comitê Regional do PCdoB no Ceará



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Ousadia e otimismo na luta para vencer

Rogério Lustosa*

Na luta de classes, certas pessoas ficam eufóricas com os sucessos fáceis e caem no pessimismo diante da primeira dificuldade. Inseguras, dão importância exagerada ao que está à mão e valorizam de forma espetacular os resultados imediatos. Não conseguem ser persistentes na luta pelo caráter de massas do movimento popular. Não têm uma posição classista, revolucionária, própria do proletariado.

Teorias Falsas

Quando, nas eleições municipais de 88, a esquerda saiu vitoriosa nos principais centros operários do país, certas correntes comportavam-se como se o socialismo estivesse na próxima esquina. Mas, na campanha eleitoral, quando a burguesia sabidamente anuncia que Lula "despencou" um ponto nas pesquisas, toda esperança se vai como fumaça. A "certeza" vazia cede lugar ao desespero. Surgem inclusive dúvidas sobre a construção da Frente Brasil Popular.

Diante da pressão do inimigo, aparecem as teorias derrotistas: "de qualquer forma marcaremos nossa posição", dizem uns; "alcançar tantos por cento em um pleito nacional já será um sucesso", consolam-se outros; "estamos acumulando forças para depois", justifica-se mais um, quase chorando.

Base da Vitória

Nada disto cabe na cabeça dos comunistas. Não se trata de desconhecer as dificuldades, mas de batalhar com tenacidade para conquistar os objetivos traçados. Os revolucionários apoiam-se no enorme descontentamento popular. E na energia das massas que buscam meios para realizar suas aspirações reprimidas. O que falta para transformar este movimento em força material é informação, esclarecimento e organi-

zação. E é isto que cabe à campanha realizar.

A mensagem de unidade e de luta contida na própria construção da aliança das esquerdas pode empolgar um poderoso movimento de massas e levar o povo à vitória. Esta batalha é para vencer e não apenas para uma tímida "ampliação de espaço". Não há porque rebaixar nossos alvos antes mesmo de colocar as tropas em campo. A campanha apenas começou, embora o tempo seja curto.

Não existe vitória que caia do céu. Todos os êxitos dos trabalhadores dependem de luta árdua, num terreno adverso. O jogo eleitoral tem cartas marcadas para assegurar posições das classes dominantes. Mas nas condições atuais, o povo pode quebrar os limites.

Lênin, criticando as vacilações pequeno-burguesas dizia: "Preferimos o longo e difícil trabalho no que tem futuro e não a 'fácil' repetição do que já foi condenado pelo passado."

Superar Metas

Os comunistas têm como norma estabelecer planos ousados. E, no fogo da luta, superar as marcas. Na campanha da Frente, há uma linha política bem definida, de caracterizar uma candidatura de união do povo e de esquerda e, neste sentido, de propostas radicais. Esta orientação deve se materializar, em cada local, com metas concretas: formar tantos comitês populares, atingir tantos bairros, tantas casas e tantas empresas, e, finalmente, conquistar tantos votos.

A campanha eleitoral é, hoje, a forma principal que a luta de classes assumiu. O PCdoB lança-se nesta tarefa com otimismo. Nossa tarefa é fundir a organização combativa e revolucionária da classe operária com a disposição de luta das massas populares. E vencer.

Maurício Grabois

*Da direção nacional do PCdoB

E VOCÊ, QUANDO VAI ENTRAR NÉSSA LUTA?



CDM
Centro de Documentação e Memória
Maurício Grabois
*Da direção nacional do PCdoB

Medicamento não pode visar apenas a lucro

Entrevista a Carlos Henrique Vasconcelos*

O professor Jorge Antonio Zepeda Bermudez é presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos e Oficiais do Brasil e do Instituto Vital Brazil, do Rio de Janeiro. Médico sanitário, professor da Escola de Saúde Pública, com mestrado em doenças infecciosas e parasitárias, o dr. Bermudez trabalha em saúde há 15 anos e vem se aprofundando, há alguns anos, na área de assistência farmacêutica governamental. Nesta entrevista à Classe Operária ele fala do alarmante domínio da indústria farmacêutica pelas multinacionais no Brasil e da necessidade da saúde pública não ser tratada como uma simples mercadoria que pode gerar lucros.

Classe: Qual a realidade da indústria farmacêutica hoje no Brasil?

Bermudez: Nós podemos considerar a indústria farmacêutica como uma área que passa por uma profunda crise de alguns anos para cá. Em primeiro lugar, temos que diferenciar a indústria farmacêutica de uma maneira geral na indústria de produção de matérias-primas, que é a indústria de química fina, e a indústria de formulação farmacêutica, que é a de transformação da matéria-prima em medicamentos (comprimidos, cápsulas de suspensão etc.). Na primeira área, de química fina, temos uma dependência excessiva do exterior. A maioria dos dados nos mostra que nós temos 70% a 80% de dependência do exterior. E as matérias-primas que são produzidas aqui, na grande maioria dos casos, são produzidas por filiais das empresas multinacionais que transformam as últimas etapas de síntese. Então, nós temos que ter uma política governamental de incentivo a uma produção de matérias-primas, de tal maneira que possamos garantir uma auto-suficiência das nossas necessidades de medicamentos essenciais.

Na outra área, que é a de formulação farmacêutica, nós temos também um domínio do mercado brasileiro por empresas estrangeiras. O mercado se situa em torno de 2 bilhões de dólares por ano, e entre 75% e 80% estão nas mãos de multinacionais. Apenas cerca de 15% e 25% é produzido por laboratórios nacionais — quer sejam laboratórios do setor privado de capital nacional, ou do setor estatal. Então nós temos uma dependência alarmante. Para nós isso se configura como uma questão primeira de estratégia, de segurança nacional, de soberania mesmo, tendo em vista que outros países já passaram por crise de desabastecimento. Isso porque o centro de decisões, tanto na área de química fina quanto na de indústria farmacêutica, não está no país. Portanto, as vinculações dos compromissos desses setores não estão ligados aos interesses sociais do país.

Classe: Quais as distorções que esse elevado grau de desnacionalização provoca?

Bermudez: No momento em que nós temos um domínio da produção por empresas multinacionais, nós temos uma dependência na importação de fungos, nós temos uma limitação de acesso à tecnologia, nós temos um desestímulo da pesquisa e desenvolvimento. Isso tendo em vista que na maioria das empresas multinacionais já se configuram pacotes tecnológicos produzidos no exterior e incorporados aqui. Nós temos uma distorção gravíssima, que é o número excessivo de especialidades farmacêuticas e uma disputa selvagem de mercado em cima de marcas comerciais.

Mercado brasileiro é dominado pelas múltiplas

Classe: Que são especialidades farmacêuticas?

Bermudez: São as apresentações comerciais em que o produto chega ao consumidor. Nós consideramos, para efeito da Organização Mundial de Saúde até do próprio Ministério da Saúde, que com 400 medicamentos você compõe a relação de medicamentos essenciais. Com 400 medicamentos nós podemos suprir quase 90% da necessidade da população brasileira. Entretanto, nós sabemos que existem aqui no Brasil, segundo alguns dados, até 60 mil apresentações farmacêuticas.

Isso quer dizer que o mesmo medicamento é vendido com 10, 15 marcas diferentes. Nomes de fantasia. Isso traz, primeiro, um lobby junto ao profissional de saúde, um lobby das empresas farmacêuticas. Cada uma quer conquistar sua marca no mercado, e nós todos sabemos que em nível de estudantes de farmácia, em nível de estudantes de medicina, a figura do propagandista de medicamentos é muito difundida. Os medicamentos

são apresentados com propagandas luxuosíssimas, tentando impor sua marca. Isso distorce o ensino de farmacologia na faculdade de Medicina, e leva a que se pretenda receitar apenas pelo nome de fantasia, e não pelo nome genérico ou pelo nome de substância.

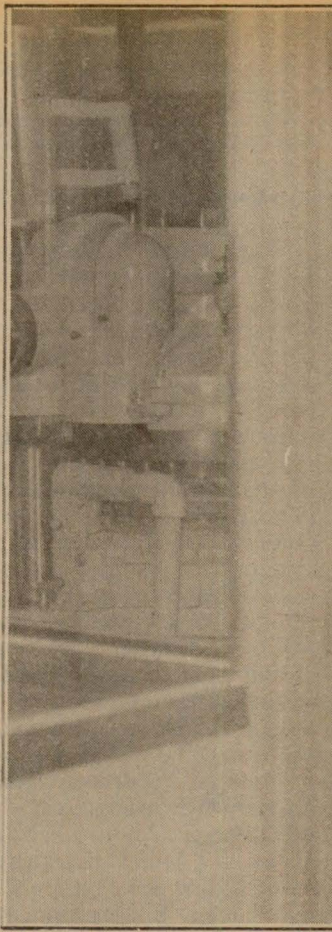
Classe: Como isso poderia ser modificado?

Bermudez: Em nível de laboratório estatais, nós não trabalhamos com nome de fantasia. Nós trabalhamos com nome genérico. Consideramos que seria necessário proibir a propaganda de medicamentos, que é feita em veículos de comunicação de massa. Nós sabemos que são propagandas bonitas. Do mesmo jeito que temos propaganda da indústria de fumo, de bebidas alcoólicas, nós temos propaganda de indústria farmacêutica. Nós teremos que limitar o número de especialidade, a propaganda abusiva do nome de fantasia, nós teremos de trabalhar em cima da conscientização da classe universitária, para que haja uma modificação. Que ela use o nome genérico da substância, e não o nome de fantasia.

Muitas marcas para o mesmo medicamento

Classe: Que mudanças deve haver na política da área de farmácia, a partir da eleição de um novo governo, popular e democrático, em 15 de novembro?

Bermudez: A primeira questão é que a indústria farmacêutica tem que ser parte de uma política social, uma política de saúde. Nós não podemos entender política nacional de medicamentos dissociada de política de saúde. Então não podemos aceitar uma política que gira em torno do lucro, como é a política industrial. Ai nós temos que retornar toda a discussão que a sociedade estabeleceu, que teve seu marco fundamental na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em que se lutou para reformular o sistema de saúde, por transformá-lo em um sistema único. Um sistema de saúde unificado em nível dos Estados e municípios. Unificado e descentralizado. Evidentemente, a política de medicamentos tem que fazer parte prioritária dessa política nacional de saúde. Temos que fortalecer o setor estatal de produção. Temos que ter instâncias de coordenação de saúde em nível de governo estadual. Temos que ter também uma coordenação em nível de assistência farmacêutica. E nós temos que colocar medicamentos de distribui-



António Coutinho

*"Existe uma disputa selvagem de

ção gratuita dentro da rede p saúde.

Classe: A área de saúde tem nos últimos anos?

Bermudez: Nós temos uma evolução questionável no momento que se viu na nova Constituição um nulo de saúde que reformula o mente aquele sistema anterior nós temos, em que pese uma Constituição muito conservadora em alguns aspectos, uma evolução para um sistema de saúde. Está em discussão a Lei Orgânica de Saúde, as constitucionais e as leis orgânicas municipais. Isso tudo tende a reverter o que favorecia o clientelismo, a frau-

A "empurroter" tem que acabar

Classe: Quais as conseqüências que a população sofre com o excesso de marcas, de nomes de fantasia de medicamentos?

Bermudez: Em primeiro lugar de lembrar que nos últimos anos passamos por três planos econômicos. Esses três planos se caracterizam em nível de consumo, por um crescimento de uma série de gêneros meio disso colocamos também medicamentos. Nós tivemos o de plano, há 2 ou 3 anos atrás, de mercado. No momento em que uma série de produtos farmacêuticos, licenciados sem priorização dos medicamentos mais importantes, mais essenciais, mais diretamente as indústrias optativas mais lucrativas. Então sofrem o desabastecimento de alguns medicamentos essenciais, em detrimento de nenhuma ação terapêutica deficiente o que nós chamamos de "empurroter"...

Classe: Isso é uma política de saúde pública?

Bermudez: E ao mesmo tempo a automedicação, ignorância da terapêutica. Então lut-



em cima de marcas comerciais”

uma assistência médica que seja acompanhada por uma assistência farmacêutica governamental, inserida numa política nacional de saúde e de acesso gratuito à população.

Classe: Como a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos e Oficiais do Brasil, que o senhor preside, contribui nessa luta?

Bermudez: A associação congrega o setor estatal de produção. Nós temos lutado, primeiro, por fortalecer esse setor. Por uma expansão da assistência farmacêutica governamental. Neste momento, após problemas com a liberação de recursos — que atrasou 6 meses —, os laboratórios oficiais retomam a sua utilização plena perante a Central de Medicamentos. Estamos promovendo a reestruturação do sistema oficial de produção, a utilização de sua capacidade plena. Isso vai levar ao aumento da oferta de medicamentos para os programas oficiais das secretarias estaduais de saúde, das prefeituras e do próprio governo.

Classe: Qual a quantidade de recursos disponíveis para o setor?

Bermudez: A Central de Medicamentos cobre em torno de 30% do mercado brasileiro, que é de uns 2 bilhões de dólares. O que nós verificamos é que o orçamento da Ceme para este ano está em torno de NCz\$ 700 milhões. Então nós verificamos que pela primeira vez está-se trabalhando próximo da necessidade real. O próximo passo é expandir a rede governamental, para assim termos uma oferta de medicamentos que realmente vá até todos os pontos da população.

Temos que reformular o sistema de saúde

Classe: O que o senhor acha da estatização desse setor?

Bermudez: Seria uma saída, mas teria que ser colocada em confronto com o sistema político do nosso país, pois temos uma dependência externa alarmante. Então temos que expandir o mercado governamental, fortalecer o setor públi-

co e temos também o setor privado de capital nacional. O fundamental é que não podemos trabalhar em cima do lucro, mas sim com medicamentos que sejam essenciais. E se esses medicamentos não estiveram tão rentáveis, o governo vai ter que bancar sua produção através do setor público.

Classe: No que o lucro interfere na assistência à saúde da população?

Bermudez: Segundo dados da Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica, temos 25 mil operários, de um total de 60 mil trabalhadores nesse setor em todo o país. Quase 30% do total da força de trabalho do setor está alocado na área de vendas. É uma distorção grave. Temos mais gente trabalhando em vendas do que pessoal técnico. É evidente que isso leva a uma majoração de preços

dos produtos, a uma disputa de mercado e até a práticas como o rebaixamento de preço e outras práticas como o objetivo de firmar seu mercado e vender seu produto. Freqüentemente assistimos a que produtos muito baratos são substituídos por outros com maior valor de venda, que às vezes não têm a mesma ação terapêutica. Isso, primeiro, é um ônus para o consumidor que compra o medicamento na farmácia e, segundo, uma disputa permanente para preservar e firmar uma marca. Isso pôde levar ao desaparecimento de produtos no mercado. Quando é reduzida a margem de lucro de um produto, ele pode ser colocado fora de mercado. E, evidentemente, as conseqüências disso são desastrosas para a população.

Classe: A indústria nacional e os laboratórios do governo têm condições de bancar as necessidades de medicamentos do país?

Bermudez: Do ponto de vista de produção de medicamentos, sim. Agora, temos muito a fazer na área de produção de matérias-primas. Diria, nessa área, que não podemos ter uma política voltada exclusivamente para a produção de medicamentos. É uma área muito ampla. E quando se pensa em produção de matérias-primas, isso tem implicações também com alimentos, com aditivos, com produtos agropecuários. Então nós temos que ter uma política interministerial que objetive, a médio e longo prazo, a auto-suficiência. Neste momento nós não temos a competência para fazer todas as matérias-primas aqui no país. Nós dependemos muito até de substâncias intermediárias no processo de produção, que são importadas.

Sistema de patentes é inaceitável para nós

Classe: Existe uma grande pressão para que o Brasil adote um sistema de patentes para medicamentos. Que prejuízos acarretaria ceder a essas pressões?

Bermudez: O Brasil, como outros países, baseado numa série de amparos le-

gais, não reconhece patentes de processos e produtos na indústria farmacêutica. Por isso, somos acusados de pirataria, por copiarmos processos. Mas isso não é, de maneira alguma, pirataria. Isso é um compromisso social que nós temos. Os países que passaram a reconhecer patentes, assim o fizeram num momento em que as suas indústrias tiveram um desenvolvimento tecnológico para garantir a sua produção. Então houve a opção pelo desenvolvimento da sua indústria. O que acontece no Brasil hoje é que estamos sendo pressionados por governos estrangeiros para reconhecer patentes, e com isso fazemos uma reserva de mercado ao contrário. Isto é, preservar os produtos de multinacionais que não são sediados aqui. Basta lembrar um dado alarmante: enquanto o total de empresas brasileiras (em torno de 400) ocupa cerca de 20% do mercado de medicamentos, apenas as empresas dos Estados Unidos ocupam de 35% a 36%: Então é indubitável o interesse das empresas norte-americanas em reconhecer patentes, porque elas ocupam um setor muito maior que a totalidade das empresas nacionais no Brasil.

Classe: Qual o papel do Instituto Vital Brazil no país hoje?

Bermudez: O Instituto Vital Brazil é uma empresa do Estado do Rio de Janeiro, criada pelo Vital Brazil. Há 70 anos trabalha na área de saúde, de produção e pesquisa. A partir de 1957, o controle acionário passou para o governo do Estado. É um laboratório com uma linha voltada exclusivamente para o mercado institucional. Produz medicamentos, vacinas e soros. Na produção de medicamentos para a Ceme — nosso principal comprador — o Instituto é o 2º maior laboratório estatal nesta área, ocupando 13,5% da programação de unidades de medicamentos da Central. Além disso, produz medicamentos para a Secretaria Estadual de Saúde e para vários municípios e entidades, como hospitais e universidades. Cumpre um papel social importante do ponto de vista de projeção da indústria farmacêutica estatal, completamente compromissada com a política nacional de saúde.

* Correspondente no Rio de Janeiro



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

“Governo tem que bancar produção de medicamentos que não são rentáveis”

O Pró-álcool serve ao Brasil

O professor José Walter Bautista Vidal* critica artigo publicado na "Classe Operária", defende o programa que ajudou a implantar na década de 70 e sustenta: "é o poder neocolonial que ataca o Pró-álcool."

Na edição de 27/07 último a **Classe Operária** dedicou quatro páginas a contundente crítica ao Pró-álcool. Esta matéria não faz justiça ao jornalista Antonio Martins, que se fundamentou, iludindo-se na boa fé, em teses realizadas na Unicamp e nas posições de Roldão Simas Filho, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás.

Devido à importância vital desta temática para nossa soberania e a responsabilidade que tive durante cinco anos (1974—79) dirigindo como titular da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) mais de 1.500 especialistas que constituíram a base tecnológica para a criação do Pró-álcool, não posso deixar de emitir alguns comentários. Até o presente, considerava ter sido esse competente grupo o responsável pela implantação do programa, e não os usineiros, como parecem refletir as teses da Unicamp. Estas afirmações além de inverídicas evidenciam um poder inusitado dos usineiros, de fato inexistente.

A mais importante realização do povo no campo energético

Além de profunda discrepância dos fatos revive-se conjunto de lugares comuns já vastamente utilizados pelos meios de comunicação de massa no intuito de tentar esvaziar a mais importante realização de um povo no campo energético, nestes últimos 50 anos. Trata-se de programa visando substituir todos os derivados do petróleo por fontes nacionais permanentes do qual o Pró-álcool é apenas a ponta minúscula de imenso "iceberg". O sucesso na substituição do primeiro dos derivados do petróleo, a gasolina, pôs em alerta o poder neocolonial, que domina nosso país desde a segunda metade dos anos 50, impedindo o seu prosseguimento pela substituição dos demais derivados, especialmente o óleo diesel e os óleos pesados.

Usineiros chamados apenas para mostrar capacidade de produzir

Nos desenvolvimentos que levaram a criação do progra-

ma, os usineiros, a indústria automobilística e de equipamentos não tiveram qualquer tipo de participação positiva. Apenas estes últimos foram chamados para demonstrar a capacidade de produzir no país as demandas que iriam surgir. Além disso, na época toda a pesquisa agrícola localizava-se na área estatal, federal e estadual.

Contato foi tentado com usineiros de Pernambuco, mas não teve êxito. O secretário de Indústria daquele Estado recomendou-me não insistir, pois aqueles usineiros "não queriam ouvir falar de álcool". Acontece que quando o programa foi planejado, o açúcar tinha alcançado preços exorbitantes no mercado internacional, chegando a US\$ 1.500 a tonelada, transformando-se no primeiro item da nossa balança comercial em uma situação que se tinha tornado desesperadora devido aos aumentos dos preços do petróleo importado. Retirar açúcar de exportação, naquele momento, seria uma loucura. Foi a mandioca a matéria-prima que deu o suporte ao início do programa de substituição dos derivados do petróleo. A gasolina veio em primeiro lugar por-

que era o de mais difícil substituição e representava a maior porcentagem do petróleo importado, cerca de 30%. O Diesel não chegava a 22% e o óleo industrial, 18%. Assim, na fase de criação do programa, nem os usineiros nem o governo queriam ouvir falar em cana-de-açúcar na produção de álcool.

Esforço para criar alternativa ao diesel, carvão e óleo pesado

Simultaneamente a essa substituição trabalhava-se com óleos vegetais visando substituir o óleo Diesel e com várias alternativas, especialmente madeira e carvão vegetal para o óleo industrial. Também desenvolviam-se estudos para a produção de aldeído acético e eteno, base de produtos petroquímicos, com fontes nacionais renováveis. Também trabalhava-se em tecnologias de uso, em motores, turbinas, caldeiras, etc., tudo isto em perfeita coordenação, envolvendo dezenas de instituições públicas, com transferência para o setor produtivo.

Uma das instituições utilizadas pela STI foi a Unicamp, através do professor Sérgio Porto, que desenvolveu sacari-
metro a **laser**, muito mais eficiente e moderno que os im-

portados e da Codetec, empresa que a STI criou vinculada à Unicamp e que trabalhou no desenvolvimento tecnológico de gaseificadores utilizando madeira. Nem estes trabalhos as teses da Unicamp parecem conhecer. Seguiu-se a implantação do Centro de Pesquisas da Mandioca da Embrapa, em Cruz das Almas; o coco do babaçu teve ampla experimentação especialmente utilizando o seu carvão vegetal, de excepcional qualidade, como reductor e combustível na siderurgia, substituindo o carvão mineral importado.

Microdestilarias, previstas, foram depois proibidas

As mini e microusinas de álcool com capacidade de produção de até cem litros/dia tiveram tecnologia desenvolvida e implantada, e, posteriormente, perversamente proibidas. Na substituição do óleo Diesel foram estudados cerca de 80 óleos vegetais, além dos lubrificantes com uso de óleo de mamona, o famoso "castroil" de excepcional eficiência. Trabalhou-se intensamente na me-

lhoria dos processos de fermentação comum e enzimática, de hidrólise ácida e enzimática, tudo em nível de planta piloto semi-industrial, com desenvolvimento de engenharia básica de equipamentos. Desenvolveu-se o referido sacari-
metro a **laser**; promoveram-se avanços de eficiência nos processos de destilação usando técnicas trazidas da área nuclear, etc., etc.

Estudos baseavam-se no potencial da biomassa do trópico

Quando a formalização do Programa ocorreu, em novembro de 1975, havia vinte meses de trabalhos tecnológicos, então concentrados no Departamento de Motores do CTA. Estes trabalhos foram fortemente ampliados e estendidos até março de 1979, quando começaram a ser desmontados e destruídos. Hoje restam pequenos grupos esparsos, quando deveriam envolver o trabalho de várias dezenas de milhares de especialistas. Também foi destruída a base institucional do programa, que tinha a

Os automóveis movidos a álcool são hoje amplamente majoritários no país. Para o professor Vidal, a substituição da gasolina foi apenas o início de um processo, que visava fazer o mesmo com todos os derivados de petróleo.

Alberto William/Fóton



STI como cabeça. Hoje, com tudo destruído, é fácil ao poder neocolonial afirmar que nada foi feito.

A decisão de criar o Programa do Alcool foi tomada em abril de 1974 no âmbito exclusivo da STI, após avaliação por um grupo de físicos altamente experimentados em todas as formas energéticas, à luz das evidências da imensa potencialidade em biomassa dos trópicos. A partir daí iniciou-se intenso e vasto programa tecnológico, todo ele, evidentemente, em caráter sigiloso, como corresponde ao trabalho tecnológico, especialmente se tratando da substituição de tecnologias que envolvem os interesses de grandes forças do poder internacional.

Programa era secreto, o próprio Presidente descobriu por acaso

A formalização do Programa foi antecipada devido à visita accidental do presidente da República ao programa que a STI desenvolvia de tecnologia de uso do etanol, no CTA. A improvisação foi decorrência da impossibilidade de controlar o governo e a opinião pública após a visita. Naquele momento, apenas existiam conclusões sobre a mistura do álcool com a gasolina. Foi então preparado, pela excepcional equipe de especialistas em energia da STI, o trabalho "O etanol como combustível", sobre o qual os ministros tomaram a decisão formal de criação do Pró-álcool. Tudo foi feito sem qualquer participação de usineiros ou mesmo do IAA. Somente mais tarde ocorreu a debacle dos preços de açúcar, chegando a 120 dólares a tonelada. Tomou-se então vigorosa decisão de só permitir a participação da cana na produção de álcool no nível da capacidade ociosa existente, que era de 20%; os demais seriam usinas exclusivas à produção de álcool. Continuava entretanto a prioridade da mandioca.

Usinas deviam ser implantadas em regiões carentes

Foi escolhida a Petrobrás como a empresa que deveria implantar 6 usinas experimentais, todas adrede localizadas em regiões com graves problemas sociais. Toda tecnologia, incluindo engenharia básica, foi desenvolvida pela STI/INT. Veio então a ordem maligna do poder neocolonial de afastar a Petrobrás do grande potencial permanente de combustível líquido nacional. Foi a primeira evidência que esse poder começara sua ação destruidora. A falta de informação levou a STI a promover em dezembro de 1986, durante uma semana, amplo

debate sobre o álcool na sede da Petrobrás, com a participação de cerca de 400 empresários, pesquisadores, autoridades governamentais e a grande imprensa, nacional e internacional.

Os resultados foram publicados no documento: "Etanol: combustível e matéria-prima." Deste debate resultaram dois longos artigos na revista Science, que reproduziu afirmação do presidente da Petrobrás: "No Brasil, o petróleo não é inimigo do álcool; a Petrobrás coloca os interesses do país acima dos seus próprios interesses de lucro." A proibição posterior da Petrobrás poder participar do programa nacional de combustível líquidos permanentes, evidentemente, lançou-a contra o mesmo, por questão de inércia empresarial. Simultaneamente, esta medida conduzirá à destruição da empresa, pois o petróleo tem seus dias contados. Trata-se, segundo Melvin Calvin, da última empresa de petróleo que ainda não se transformou em empresa de energia.

Emprego do bóia-fria não é exclusividade da cana-de-açúcar

Assim, a nossa principal entidade nacional de energia está impedida de atuar em área que corresponde a nossa maior riqueza, que é a biomassa energética, devido a dispor-

mos de grandes extensões de nosso território nos trópicos. Este fato levou a referida revista "Science" a prever que o Brasil pode se transformar "em potência energética", acrescentando depois "se o povo brasileiro assumir a atitude para tanto". Evidentemente isto é contrário aos interesses do poder neocolonial que nos subjuga.

Quanto às justas críticas relacionadas com o capitalismo selvagem em uso não é ele uma característica do Pró-álcool, mas do sistema econômico-financeiro que impera no Brasil; quanto aos "bóias-frias", fruto desse sistema anti-social e da soznilidade do cultivo da cana, não lhe é tampouco exclusivo. A rigor, o que os autores das teses referidas querem criticar não é a produção de álcool no Brasil, mas a forma que o sistema econômico lhe impôs. É como se fossem contra a produção de alimentos ou de fármacos porque estas são dominadas pelos interesses de corporações transnacionais. O que é necessário criticar é o sistema antinacional e anti-social.

Farta demanda para produtores de álcool e setor automobilístico

Cabem ainda três últimos comentários: a) a produção de combustíveis nacionais, envolvendo equipamentos e tecnologia exclusivamente nacio-

nais, com trabalhadores nacionais e empresas totalmente controladas por nacionais, não há como dispender um só centavo em dólares. Os cruzados que foram gastos resultaram em cerca de 4,5 milhões de empregos diretos e indiretos, e em uma farta demanda para os produtores de álcool, os de bens de capital e do setor automobilístico, também garantindo empregos a brasileiros. O Pró-álcool também representou economia de divisas da ordem de 17 bilhões de dólares, incluindo os absurdos custos dos empréstimos externos necessários; b) e o petróleo importado, o que representou, salvo ter criado uma dívida externa que põe em perigo a nossa sobrevivência como nação? Quais os empregos que criou? Não é evidentemente necessário relembrar a gravíssima dependência externa que promove. Tendo em vista a grande crise do mercado internacional do petróleo que se prevê para o próximo ano, quem irá responsabilizar-se pelos trágicos resultados sobre o povo brasileiro, se as alternativas nacionais forem destruídas?

Quem garante que é possível extrair nosso petróleo?

Por fim, quanto à hipótese de reservas brasileiras de petróleo resgatáveis e localizadas em profundidades marinhas até hoje não alcançadas por tecnologias avançadas, quem pode garantir sua possibilidade de uso? Na hipótese posi-

va, por quanto tempo estas reservas garantirão o suprimento nacional? Não seriam mais interessante preservar essas reservas para fins mais nobres em uma era em que o mundo industrializado dependerá vitalmente das poucas reservas restantes?

Congratulo-me com a **Classe Operária** pela abertura do importante debate, vinculado à nossa sobrevivência como povo e à libertação que a descentralização energética da biomassa impõe.

Nota da redação: A Classe considera da maior importância o debate sobre o Pró-álcool. Acolhe com espírito aberto as críticas formuladas pelo professor Bautista Vidal e se dispõe a discutilas em suas páginas. Na encruzilhada histórica em que o Brasil se encontra, a polêmica sobre temas cruciais de nosso desenvolvimento é condição sine qua non a fim de que as forças progressistas do país encontrem alternativas viáveis para superar a crise econômico-social.

* O autor é engenheiro pela Universidade Federal da Bahia e físico com pós-graduação na Universidade de Santford. É professor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, da Escola Politécnica e da Faculdade de Filosofia da UFBA e da UnB.

Arquivo



Usina de álcool em Sertãozinho (SP). "O programa gerou 4,5 milhões de empregos", argumenta o professor



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Mortes, contrabando e tráfico na trilha do latifúndio e da UDR

Antonio Carlos Mafalda



Um dossiê do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra aponta o avanço da repressão no campo, e denuncia: a UDR e as máfias montadas pelos fazendeiros contra a reforma agrária estão cada vez mais envolvidas com "negócios" como o contrabando e o narcotráfico.

Mário Simões*

A impunidade para os crimes cometidos pelo latifúndio, mais que viabilizar a candidatura do presidente da UDR à presidência da República, tem criado uma situação de verdadeira guerra no campo brasileiro. Em dossiê elaborado pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) constata-se intensificação de ameaças de morte e de assassinatos de trabalhadores rurais e de defensores da reforma agrária. O levantamento, feito em 11 Estados, indica o incremento da ação de pistoleiros ligados à UDR, com destaque para a organização de grupos para-militares que, muitas vezes, agem em conjunto com a própria Polícia Militar dos Estados.

Outra característica detectada é que a ação da PM tem se dado cada vez com mais violência, e sempre em flagrante desrespeito à lei. A convivência dos poderes Executivo (federal e estaduais) e Judiciário com o aumento da violência está presente em todos os Estados. O mais grave, no entanto, são as fortes evidências de envolvimento e atuação dos grupos para-militares, da UDR e setores da Polícia Militar e da Polícia Civil com outras formas de crimes organizados, particularmente o narcotráfico e o contrabando.

Uma enorme onda de perseguição, após a morte do fazendeiro

O levantamento considera, principalmente, as ocorrências de violências nos meses de junho, julho e agosto. Nesse período foram assassinados dois lavradores e um motorista no acampamento de Inácio Martins, no Paraná. No Pará, foi morto o vereador do PSB, Raimundo Silva de Souza, no dia 26 de julho. No norte do Espírito Santo foram registrados dois assassinatos: no dia 19 de julho Paulo Damião Purinha, tesoureiro do PT de Linhares, e exatamente um mês depois Verino Sossai, presidente do PSDB de Montanha.

Os assassinatos ocorridos no Espírito Santo são esclarecedores da gravidade que estão assumindo os conflitos fundiários no Brasil. Em 5 de junho o fazendeiro José Machado Neto, acompanhado do soldado PM Sérgio Narciso da Silva e um grupo de pistoleiros entraram disparando tiros no acampamento da Fazenda Azul, no município de Pedro Canário. Os trabalhadores reagiram e o fazendeiro e o soldado, que estavam à paisana, foram mortos. A partir deste fato a polícia, a UDR e seus pistoleiros e a justiça do Estado organizaram uma verdadeira caçada aos trabalhadores que, depois do conflito, deixaram o acampamento da Fazenda Azul.

Torturas, invasão de sindicatos e prisões arbitrárias

Imediatamente foram presas 18 pessoas que sofreram diversas torturas durante o interrogatório. Casas particulares foram invadidas e sedes de entidades que apoiam a luta dos trabalhadores sofreram o mesmo efeito, inclusive a igreja de Montanha. A ação continuou através da atuação da juíza Victória Consuelo, da comarca de Conceição da Barra, que decretou a prisão preventiva de nove lavradores, inclusive de José Painha Júnior, da direção nacional do MST, e que nem vive mais no Estado. Quatro foram presos e sofreram as mais variadas pressões para confessarem o crime.

O fazendeiro morto era da UDR. A juíza que decretou a prisão chegou a comentar com o advogado Osmar Barcelos do Nascimento que havia recomendado ao fazendeiro a não fazer aquele tipo de ação. O soldado que morreu era guarda-costas particular da juíza e pertencia ao P-2 (serviço secreto) da PM. Na Câmara Federal o deputado Nyder Barbosa fez violento pronunciamento



acusando o PT e a CUT como responsáveis pela morte do fazendeiro.

Capanga do prefeito da UDR matou mulher que ia denunciar tráfico

Purinha, um dos mortos, havia feito panfletagem no centro de Linhares. Morto, nas suas mãos foi colocado um desses panfletos, em atitude claramente provocativa. Apurou-se que os executores foram os ex-PMs Rubens Banhos e Espídio Coelho. A polícia descobriu ainda que Banhos, na véspera do assassinato, telefonou a Brasília e falou com Jair Grassi, cunhado do deputado Nyder Barbosa e uma das principais lideranças da UDR capixaba. Ele garantiu que "até quarta-feira o trabalho estaria terminado". Purinha foi morto na segunda.

PF admite existência de máfia, mas bandidos continuam soltos

Verino Sossai, o outro morto, havia sido responsabilizado pela ocupação da Fazenda Azul, e estava entre os que tiveram prisão decretada pela juíza Victória Consuelo. O pistoleiro José Sasso, amigo dos dois que assassinaram Purinha, foi segurança do prefeito de Linhares, Luiz Durão, ligado à UDR. O mesmo Sasso esteve preso sob a acusação de ter matado em 5 de julho a colunista social Maria Nilse. Ela foi morta depois de prometer divulgar os nomes de pessoas

da alta sociedade capixaba envolvidas com o narcotráfico.

As evidências, entretanto, não param por aí. Cláudio Guerra, o controvertido delegado que ficou inicialmente responsável pela apuração do assassinato da colunista, afirmou que os pistoleiros fazem parte do grupo armado mantido pelos fazendeiros do norte do Estado, responsáveis por inúmeros assassinatos de encomenda. O delegado Guerra não falava apenas para aparecer. Em 86, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou matéria onde ele admitia que, como parte do pagamento pela compra de uma fazenda de Revenor Monteiro, ligado à UDR do Estado, havia dado 5 metralhadoras privativas do Exército. Hoje, o delegado é acusado de estar envolvido com narcotráficos e ser, inclusive, responsável pela troca de carros roubados por cocaína, na rota que passa por Itaituba, no Pará.

Em Itaituba, a conexão paraense da UDR do Espírito Santo

Fechando o círculo das evidências, as balas que mataram Purinha, Sossai e a colunista saíram da mesma arma, segundo garante José Rainha, líder do MST. O superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que esteve no Espírito Santo, reconheceu que lá atua uma verdadeira máfia que se alia ao contrabando de carros, tráfico de cocaína e de

investigações sobre os assassinatos estão paralisadas.

A região de Itaituba, no Pará, rota vinculada à ação da máfia capixaba, é outra das áreas mais violentas do país. Segundo o dossiê do MST lá "instalou-se um verdadeiro império do terror, vinculando fazendeiros, exploração de garimpos e narcotráficos. Dezenas de pessoas já foram assassinadas na região. A última foi o vereador Raimundo de Souza, citado anteriormente. O prefeito e o vice estão ameaçados de morte, assim como o deputado Paulo Roberto, do PMDB. Os mesmos grupos mataram o deputado estadual João Batista e tentaram assassinar o deputado federal Ademir Andrade, que esteve recentemente na região. Ele denunciou publicamente que lá impera a lei de grupos paramilitares vinculados ao narcotráfico e à UDR.

Desde 1985 já foram assassinados mais de mil trabalhadores, lideranças e pessoas que os apoiam. Na sua imensa maioria os executores são conhecidos, os mandantes identificados. Todos, entretanto, continuam a viver normalmente sem ser incomodados por ninguém. O governo Sarney, conivente, não assentou nem 600 das 18.700 famílias que a meta do Plano Nacional de Reforma Agrária previa. Os conflitos fundiários no país só chegarão ao fim com a execução de uma reforma agrária antilatifundiária.

* Correspondente da Classe em Brasília

Onda de violência em Alagoas



— jornal da família Collor de Mello — que “os marginais, inclusive os sem-terra que comandam invasões, serão tratados a bala”. Foi o sinal verde para a polícia e os jagunços deflagrarem uma autêntica caçada aos líderes do movimento, que atingiu o ápice no último dia 29.

Nesta data, duas ações coordenadas da polícia e dos fazendeiros resultaram em duas prisões ilegais — inclusive de menores — e torturas em dois dos principais líderes dos sem-terra no Estado, Genivaldo Vieira e Ivan Brito de Assis.

No início da tarde, Ivan, de 24 anos, saiu de Arapiraca em direção a Quebrangulo, para reuniões no sindicato local. Ao chegar, foi preso por policiais fortemente armados e levado à delegacia. Lá começou o terror. Com o cano de armas encostado no rosto, Ivan foi amarrado, despido e o interrogatório começou comandado pelo delegado de Viçosa, Ricardo Lessa. Ivan foi colocado no pau-de-arara e chutado, levou choques elétricos, afogamento com toalha molhada pressionando o nariz e a boca, cordas de náilon amarradas nos testículos, e espancamentos. “Queriam que eu confessasse coisas que eu não sabia:

armas, munições, dinheiro. O movimento não tem nada disso”, contou depois o líder dos sem-terra.

O terror não parou por aí. Os policiais levaram Ivan num jipe para a delegacia da vizinha cidade de Paulo Jacinto, onde ele foi mostrado para vários fazendeiros. O delegado dizia: “Este aí é o famoso Ivan que vocês queriam.” Tiraram sua roupa e o fotografaram de frente e de perfil.

Colocado novamente no jipe, Ivan foi parar na delegacia de Viçosa, onde apanhou muito mais. Na viagem para Maceió, duas paradas: primeiro, ele foi encostado num barranco, com os olhos vendados, e os policiais dispararam rajadas de metralhadora diante de sua cabeça. Mais adiante, sobre uma ponte, penduraram-no no corrimão e ameaçaram jogá-lo ao rio, amarrado como estava. Chegando a Maceió, nova e violenta sessão de torturas no Dopse.

Enquanto isso, em outro local de Maceió, um grupo de sete policiais fortemente armados invadiu a casa onde funciona o movimento dos sem-terra em Alagoas. Sem mandato judicial, prenderam as dez pessoas que ali se encontravam e as levaram para o Dopse, on-

de o delegado Ricardo Lessa esperava com o outro preso, Ivan de Assis. Foram todos despidos, inclusive as mulheres, e trancados em celas individuais. Só por volta das 22 horas começou o interrogatório: a polícia estava esperando os fazendeiros chegarem do interior com seus “fotógrafos”. Entre os presos de Maceió estava o líder dos sem-terra, Genivaldo Vieira, que era apresentado aos fazendeiros pelo delegado com recomendação clara: “É este o chefe, o Genivaldo, falado.”

A essa altura, a notícia das prisões já circulava em Maceió e chegava ao conhecimento de parlamentares e advogados. O vereador Ênio Lins (PCdoB), o presidente da OAB local, Nabor Bulhões, e vários sindicalistas foram à delegacia pedir explicações e exigir a soltura dos presos. Em Brasília, a notícia já chegava ao conhecimento do deputado federal Eduardo Bomfim (PCdoB) e de parlamentares do PT e PSB, que telefonaram para o delegado protestando contra as arbitrariedades.

O delegado que comandou as prisões e torturas, Ricardo Lessa, disse na presença dos presos e de outras testemunhas que as prisões “são ilegais

mesmo, mas são ordens de cima”. E afirmou que a polícia está agindo sob orientação dos fazendeiros, que se reuniram com o secretário da segurança para traçarem o esquema repressivo. Ressaltou ainda que “tudo isso passa pela aprovação do atual governador e do ex-governador Fernando Collor: a ordem é acabar com esse movimento de qualquer jeito”.

Ivan, Genivaldo e os demais presos só foram soltos por volta da meia-noite. Antes, o delegado ainda disse, rindo, que se eles quisessem arranjava passagens de ônibus para deixarem o Estado, “porque agora vocês foram reconhecidos e fotografados, a vida de vocês não vale um tostão aqui em Alagoas”.

Em Brasília, o deputado Eduardo Bomfim denunciou, da tribuna da Câmara, todo o episódio. Os líderes dos sem-terra afirmaram que não se intimidam: “O movimento vai continuar. Responsabilizamos o secretário da segurança, o governador do Estado, os fazendeiros e o senhor Fernando Collor por qualquer coisa que acontecer aos nossos companheiros.”

(Da sucursal em Maceió)

Itaituba, onde a máfia faz a lei



realidade do município, transformado há algum tempo em verdadeiro paraíso da bandagem dos proprietários de terra.

Itaituba é o maior município do Brasil em extensão territorial com 165 mil km², equivalente aos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Sergipe e ao Distrito Federal, somado e cortado por três grandes rodovias: a Transamazônica, a Santarém-Cuiabá e a Transgarimpeira. Possui mais de cem povoados e conta, segundo dados da Sucma, com uma população de 350 mil habitantes.

Quem denuncia morre

Lá não existem direitos ou garantias individuais. Não há a quem as pessoas possam recorrer para denunciar crimes e injustiças. Quem se atreve a resistir é assassinado. Na sede do município existe apenas uma delegacia de polícia, construída com recursos da própria população mas que se encontra em precárias condições de funcionamento. O destacamento policial conta com apenas 19 homens, sendo que destes apenas nove ficam na sede, dispondo de apenas uma viatura (Kombi ano 83) já em estado precário.

Dados fornecidos pelo dele-

gado, Dr. João Bosco, dão conta de que 32 casos de homicídios já ocorreram este ano. Ele afirma que só não registra as mortes ocorridas na sede do município ou nos locais mais próximos, sendo que a grande maioria não tem sequer abertura de inquéritos, pois os parentes ou amigos das vítimas temem fazer queixas. Segundo informações levantadas junto à população, somente nos dois últimos meses 40 assassinatos ocorreram no município, inclusive o de uma mulher grávida.

Em Itaituba impera a lei do mais forte. Grupos conseguiram enriquecer ilícitamente, através da expropriação de terras, de negócios e de bens e principalmente de assassinatos. Qualquer resistência às ordens da máfia organizada tem como consequência a morte. As quadrilhas do tráfico de ouro e drogas estão acima do poder público e da lei.

Assassinos no comando

O maior chefe das quadrilhas que atuam na área é Wirlands Freire, tendo como seu principal auxiliar seu filho Wirlandinho. Quem comanda os pistoleiros é o elemento conhecido por Aragão, além de Arquimedes Alves Mesquita e seu filho Francisco Mesquita,

ambos vereadores do PMDB.

Wirlands Freire assassinou um farmacêutico em Santarém, na presença de várias pessoas. Em novembro do ano passado seus pistoleiros retiraram um homem de dentro do fórum, e o assassinaram, sob a vista da Juíza, na porta do prédio. O crime também foi presenciado pelo deputado federal Paulo Roberto Matos (PMDB-PA).

O chefe dos pistoleiros, o ex-policia Aragão, atuava em Marabá (PA). Ele foi condenado a 30 anos de prisão como responsável pela chacina de Goianésia, quando assassinou 5 pessoas de uma mesma família. Cumprindo pena em Belém e em Americano (PA) matou outros cinco presidiários. Agora encontra-se foragido em Itaituba, “trabalhando” para Wirlands Freire. Seus crimes são tão bárbaros que normalmente suas vítimas são esvisceradas e queimadas. No garimpo do Abacate, por exemplo, é acusado de ter assassinado dez pessoas, inclusive abrindo o ventre de uma mulher grávida e espetando seu feto.

Atualmente as quadrilhas que atuam em Itaituba possuem, além de seus

“negócios” normais, ligações com máfias internacionais do tráfico de drogas, trocando-as por ouro. Além disso estão envolvidas com roubos de carros, caminhões e cargas, e ostentam armamento sofisticado.

Segundo afirmações de vários moradores de Itaituba, a juíza Helena Farah está inteiramente comprometida com as quadrilhas organizadas. Ela é proprietária de garimpo e viaja todos os anos para a Europa com a família, com despesas custeadas pelas quadrilhas. Não há sessão do Tribunal do Júri na cidade desde 1985.

Todos esses fatos são do conhecimento do governador do Pará, Hélio Gueiros, do secretário da Segurança, Mário Malato, e do Ministério da Justiça, inclusive através de denúncias de deputados federais e estaduais. Como exemplo podem-se citar os discursos pronunciados e as correspondências emitidas a autoridades pelos deputados federais Paulo Roberto (PMDB-PA), e Ademir Andrade (PSB-PA), e pelo senador Jamil Haddad (PSB-PA). A resposta vai do governador Hélio Gueiros, para quem os assassinatos no Estado “são só 40 por mês”.

(Da sucursal em Belém)

CSC aprova o ingresso na CUT

Foto: Aguinaldo Zordenoni

A Corrente Sindical Classista (CSC) vai abrir um processo de discussão com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) objetivando a unificação orgânica das duas entidades. Esta foi a principal resolução aprovada durante a primeira reunião do Conselho Nacional da corrente, realizada dia 30 de agosto em São Paulo, que também convocou o II Congresso Nacional da CSC para março de 1990.



A mesa que coordenou a reunião do conselho da CSC

O secretário-geral da CSC enfatizou a "grande representatividade do encontro", que contou com a participação de dirigentes sindicais de 19 Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Brasília).

Evolução

Na opinião do secretário de organização nacional do CSC, José Carlos Shulte, a decisão "representa uma evolução de nossas posições que refletem o desenvolvimento do sindicalismo no país. Nossa entrada na CUT é um passo a mais na nossa luta pela unidade do movimento sindical".

Para Shulte, a corrente classista "é o que existe de mais evoluído e avançado no sindicalismo brasileiro". Ele salientou que "a partir deste momento devemos ter a preocupação de criar as condições para a unificação com a Central Única dos Trabalhadores".

Uma comissão formada pelo próprio Shulte, Sérgio Barroso, Nivaldo Santana, George Labudett, Augusto Petta e Renildo de Souza (todos dirigentes nacionais da CSC), ficou encarregada de estudar o processo de unificação e negociar com a direção da CUT as condições para o ingresso da corrente.

CSC consolidada

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Sabesp e Cetesb, Nivaldo Santana, afirmou que a "reunião do conselho nacional da corrente mostrou também o avanço e a consolidação da CSC em todos os Estados brasileiros". Ele lembrou que a unificação com a CUT "não significa acabar com a CSC", chamando atenção para um dos itens fundamentais da resolução aprovada, que é o de garantir o direito de tendência da CSC dentro da Central Única dos Trabalhadores. "A CSC considera o direito de tendência a questão principal para a sua integração orgânica na CUT."

Augusto Petta, presidente do Sindicato dos Professores de Campinas, observou que a decisão do conselho "corresponde às necessidades atuais do movimento sindical. Na direção do Sindicato dos Professores de Campinas, composto por pessoas filiadas a diferentes partidos políticos como o PCdoB, o PSDB e o PCB, discutimos a questão e, por unanimidade, constatamos que a CSC, hoje o elo de união do movimento sindical no país e seu ingresso na CUT é um passo grande na direção da unificação deste movimento. A CGT e USI tornaram-se entidades a serviço de agentes da burguesia no sindicalismo bra-

sileiro, enquanto a CUT é parte do sindicalismo progressista do país. Esta unidade reforça a luta comum dos trabalhadores contra o sistema capitalista".

O metalúrgico Pedro Pozenato, secretário da CSC na região Sul, comentou: "A decisão aprofunda ainda mais nossa luta pela unidade. E ocorre como desdobramento lógico da nossa prática sindical nos últimos meses, marcada pela aliança prioritária da CSC com a CUT e movimentos unitários como a greve geral de março, a luta comum contra os pelegos da CGT e em torno de bandeiras como o não pagamento da dívida externa."

O presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes, ressaltou que "nós, que defendemos um sindicalismo classista, sempre batalhamos pela unidade. E agora estamos mais perto dela. A unificação passa hoje, concretamente, pelo ingresso da CSC na CUT, embora seja preciso reconhecer que a CUT ainda carrega várias debilidades".

Por seu turno, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG), Edmundo Costa Vieira, disse que "é preciso aprofundar o debate sobre a unidade nas bases em todos os Estados, visando o II Congresso da CSC, que vai dar a palavra final sobre a unificação com a CUT".

Garantir o direito de tendência

As decisões da Primeira Reunião do Conselho Nacional da CSC foram subdivididas em seis itens, que a Classe reproduz abaixo:

1) Abrir oficialmente a discussão com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) objetivando a unificação orgânica da CSC com a CUT.

2) Realizar reunião com a executiva da CUT onde seja proposta a formalização de um fórum de negociação permanente, para viabilizar o processo de integração CSC-CUT.

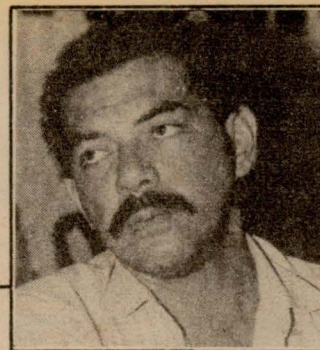
3) Reivindicar o direito à presença de representantes da CSC como observadores com direito a voz nos fóruns de decisão da central (executiva, direção nacional, direções estaduais e plenárias).

4) Garantir o direito de tendência da CSC na CUT, que significa independência política e organizativa, com a condição de encaminhar as decisões majoritárias das instâncias da central, preservando a opinião da minoria. A CSC considera o direito de tendência a questão principal para a

integração orgânica na CUT.

5) Considera questões de relevante debate político no curso do processo de integração à CUT, as divergências de concepção que a CSC tem manifestado, entre outras: sobre a Convenção OIT/87; o problema da relação partido e sindicato; as relações internacionais da CUT.

6) A CSC convoca o seu II Congresso Nacional para março de 1990, com o objetivo de posicionar-se sobre o ingresso na Central Única dos Trabalhadores.



Questão de ordem

Grande passo na luta pela unidade

Sérgio Barroso*

A resolução do Conselho Nacional da CSC de abrir a discussão para integração orgânica na Central Única dos Trabalhadores é a grande novidade do sindicalismo brasileiro.

Três questões básicas fundamentam a decisão. Primeiro, o quadro político em evolução, que aponta no sentido de uma polarização cada vez maior entre os interesses das classes dominantes e os dos trabalhadores. O resultado das eleições de novembro de 1988 e a própria formação da Frente Brasil Popular representam manifestações reais do desenrolar da luta de classes no Brasil. Enquanto isso, a essência da plataforma das elites é a mesma: manter o pagamento da dívida externa, aprofundar a internacionalização da economia e a dependência ao capital estrangeiro; privatizar as estatais, e não tocar na estrutura reacionária do latifúndio.

Em segundo lugar, o movimento sindical sofreu alterações, derivadas, também, do quadro político. Na CUT mudanças significativas surgiram em seu último congresso, em setembro de 1988. Deliberou reduzir a representação das "oposições" nas instâncias da central. Criticou teoricamente o "vanguardismo" de grupos que atuam em seu interior. Debateu o problema da "partidarização", concepção essa também criticada no documento aprovado. A CUT vem se transformando na principal referência de luta dos trabalhadores no conjunto do movimento sindical. Conquistou importantes sindicatos operários, o que concorre para fortalecer sua base sindical real.

A terceira questão analisada na reunião do conselho da CSC tratou do surgimento da corrente como força independente. Construir uma tendência organizada, atuante nas lutas e comprometida em reerguer a bandeira socialista do proletariado do movimento sindical foi a que veio a CSC. Ampliou suas forças na oposição radical ao "sindicalismo de resultados" de Magri e Medeiros. Já em

1987, numa "manobra" corajosa, insurgiu-se contra a sabotagem da greve de agosto, unindo-se à CUT. Na plenária nacional de Campinas, em abril de 1988, desfechou um golpe decisivo na CGT que terminou por dividir-se. A desmoralizada "CGT" de Magri passou a representar a máfia sindical do imperialismo e dos patrões.

O I Congresso nacional da CSC, em fevereiro deste ano, reúne mais de 700 entidades sindicais e 2.560 delegados. Definiu uma política de alianças de "frente única prioritária com a CUT". Deliberou o Congresso "ajudar na construção" de uma Central Sindical Unitária, ampla do sindicalismo de luta. A CSC avançou mais ainda na unidade com a CUT durante a realização da greve de março, jornada que mobilizou cerca de 30 milhões de trabalhadores.

Uma grande tarefa

A evolução do quadro político, as mudanças no movimento sindical e a organização da CSC, exigem um novo passo. Trata-se de acelerar a unidade dos setores de esquerda e de luta num só campo sindical. De fortalecer, no terreno sindical, o poder de combate dos operários contra a grande burguesia e o imperialismo. Faz-se necessário impulsionar a ampla união do povo que vem sendo forjada.

Obstáculos precisam ser superados. Sabemos que a CUT ainda apresenta marcas de sectarismo. Manifesta equívocos e vacilação quanto à direção política. Que atualmente não representa o conjunto dos setores progressistas presentes no movimento.

Entretanto, a experiência do trabalho de unidade com a CUT, bem como a composição de chapas CUT/CSC para eleições sindicais dão mostra da possibilidade de se avançar a um novo patamar. E certamente, novas perspectivas para o sindicalismo unitário e classista.

O II Congresso da CSC de- da do momento operário brasileiro.

*secretário geral da CSC

Eletricitários: oposição cresce e Magri cai fora

Bernardo Joffily *

O sindicalismo brasileiro viverá, nos dias 4 e 5 de outubro, uma disputa eleitoral de primeiríssima grandeza: está em jogo a direção do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, presidido desde 1976 por Antonio Rogério Magri.

A categoria é composta por 28 mil trabalhadores, de três grandes empresas estatais (Eletropaulo, CESP e Furnas), que abastecem com energia elétrica a maior concentração populacional e industrial do país. O jornal conservador

"O Estado de S. Paulo" inclusive já dedicou dois editoriais recentes a conjecturas sobre um fantasioso blecaute que poderia ocorrer, segundo a fantasia do editorialista, no caso de uma vitória da oposição. Porém a importância da eleição tem outra causa: é que estarão em julgamento os verdadeiros resultados da atuação de Magri, que divide com Antonio Medeiros (dos Metalúrgicos de São Paulo), a liderança do moderno sindicalismo de direita no Brasil.

Magri fica de fora

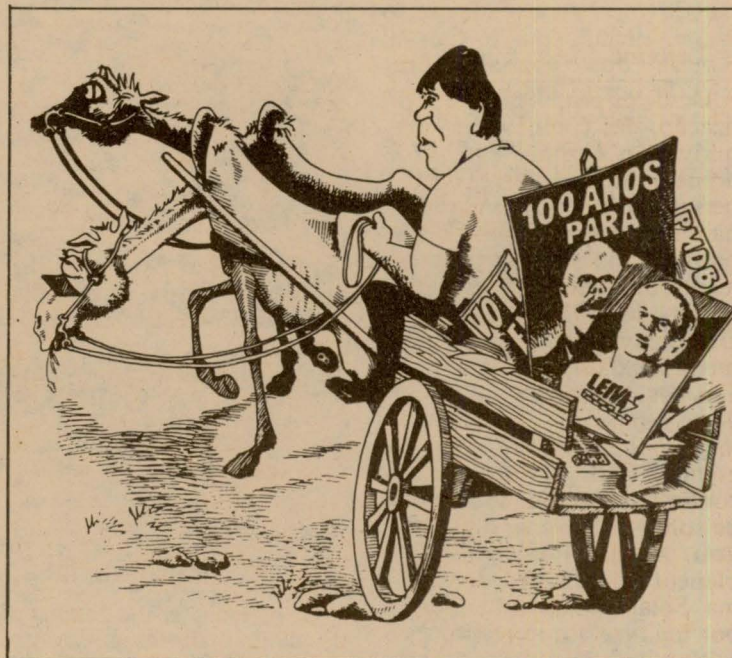
A disputa envolve três chapas,

já com campanha lançada nas bases: a **Chapa 1**, que se declara situacionista "com muito orgulho"; a **Chapa 3**, também originária da diretoria atual, que se apresenta como "dissidente" mas não como oposicionista, buscando uma faixa de centro; e a **Chapa 2**, a única de oposição, apoiada pela CUT e pela Corrente Sindical Classista.

Surpreendentemente, Rogério Magri não entrou em nenhuma chapa. Preferiu dedicar os últimos dias a aparecer na imprensa como homem de Fernando Collor de Mello na área sindical e, quem sabe, candidato a ministro do Trabalho. Para quem acompanha mais de perto o estado de espírito da categoria, a decisão atesta insegurança quanto ao resultado da eleição.

O próprio Magri ("Jornal do Brasil", 4/9/89), e seu principal assessor, Aloysio Azevedo ("Gazeta Mercantil", 28/8), já admitem, publicamente, a possibilidade de derrota. Tudo indica que a decisão de não recandidatar-se parte desse pressuposto. Magri evitaria assim o impacto direto de uma possível vitória oposicionista. Manteria o título de presidente nacional da CGT, obtido em circunstâncias altamente questionáveis e questionadas. E continuaria em condições de desempenho no sindicalismo brasileiro seu papel de porta-voz do esquema sindical norte-americano.

Além disso, ao ficar de fora o atual presidente ficaria com maior liberdade para estimular o recurso à fraude e/ou à violência. Recentemente, referindo-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Magri chegou a declarar na imprensa que nas eleições haverá "pau, no sentido físico do termo". Não está descartada a hipótese dele usar a mesma receita em sua própria casa, como já fez, aliás, no Congresso da CGT em maio passado.



Acontece que a tática magrista tem seus riscos. Ao não sair candidato, ele facilita um pronunciamento nítido a favor da oposição. Isso deixará em situação desconfortável o conjunto do chamado "sindicalismo de resultados". E há indicadores confiáveis que registram um sentimento majoritário de oposição na categoria. Nos últimos três anos os eletricitários de São Paulo tiveram uma queda de 33% em seu salário real, o que retira da situação o argumento dos "resultados". Os oposicionistas concorrem com possibilidades reais e muito concretas de vitória.

A base quer mudança

A **Chapa 2**, composta por 24 diretores e mais um Conselho de 31 membros, foi a primeira a entrar em campanha. Mantém uma presença permanente nos locais de trabalho, uma imprensa regular, com boletins semanais, e iniciou agora um esforço coletivo de visitas aos eleitores aposentados. Apóia-se, ainda, nos 2 mil eletricitários que participaram no processo

de consulta e convenção para formá-la.

Também conta a favor da **Chapa 2** o isolamento atual de Rogério Magri no cenário sindical brasileiro. Todo um amplo espectro de lideranças, formado basicamente — mas não unicamente — pela CUT e a Corrente Sindical Classista, tem consciência de que não é um sindicato qualquer que estará em disputa nos dias 4 e 5 de outubro. Criaram-se circunstâncias excepcionalmente favoráveis para acabar com um dos esteios do sindicalismo conservador em nosso país. Este é um assunto que diz respeito, diretamente, ao conjunto do movimento sindical, e desta forma deve ser encarado. A solidariedade com a Chapa Única de Oposição dos Eletricitários de São Paulo e a vigilância elevada, diante do risco de fraudes e violências, passam a estar na lista das tarefas de todo sindicalista.

*jornalista, colaborador da Classe

Provocação de agiotas

Álvaro Gomes *

Mais uma vez os banqueiros estão mostrando de forma irresponsável sua intransigência, de forma e forçando os bancários à greve nesta campanha salarial. Eles suspenderam unilateralmente uma rodada de negociação marcada para o dia 29 de agosto e, só após o protesto do comando nacional da categoria, concordaram em realizá-la dia 31 quando, num novo desrespeito aos bancários, chegaram com duas horas de atraso para a negociação. Na verdade, estão usando métodos sórdidos para rebaixar o piso da categoria e dividir os trabalhadores.

A inflação oficial de setembro de 1988 a setembro deste ano, segundo o IBGE, foi de 1084%. Mas os bancos só querem conceder 900%, mais 4% a título de produtividade, o que significa um reajuste, no caso do Bradesco, por exemplo, de 78,8% em setembro, sobre os salários de agosto, e de 75% no caso do Itaú. Com tal proposta, um escritório do Bradesco fica com um salário de NCz\$ 775,00, enquanto o do Itaú vai para NCz\$ 703,00, valores muito inferiores aos que estamos reivindicando.

Piso rebaixado

Outro dado de extrema gravidade é a intenção dos banqueiros de rebaixar o piso da categoria. Eles só admitem pagar NCz\$ 460,00 para a portaria, NCz\$ 620,00 para escritório, e NCz\$ 750,00 para caixa (incluindo gratificação), enquanto, com base em estudo realizado pelo Dieese, exigimos pisos maiores, além de 25% de aumento. As propostas dos banqueiros, por outro lado, em nada avançam, pois contém a insitência de uma reposição apenas parcial das perdas salariais acumuladas durante o ano e, ainda por cima, manipulam até o índice oficial da inflação para manter o arrocho dos nossos salários e querem rebaixar o piso com o propósito de promover demissão em massa.

Ilustram bem a intenção dos banqueiros os casos do Bradesco e Itaú, onde a quase totalidade dos funcionários ganha o piso salarial (prática muito usual nos bancos privados), de forma que se a proposta patronal for aceita todos os

trabalhadores dessas duas instituições ficariam numa faixa salarial acima do piso. Tal situação levaria os bancos a utilizarem a rotatividade de mão-de-obra, demitindo para contratar novos funcionários a um custo mais baixo.

É importante atentarmos para dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, para o fato da proposta dos banqueiros não levar em consideração sequer a inflação oficial do período e, em segundo lugar, a intenção clara de rebaixar o piso da categoria.

Além de apresentarem uma proposta ridícula e inaceitável, os banqueiros estão querendo tirar algumas conquistas importantes da categoria, como a jornada ininterrupta de 6 horas e a estabilidade do dirigente sindical. Isso parece até piada, mas de fato está contido na pauta proposta pelos banqueiros, junto a outras aberrações.

Não é em vão que os banqueiros possuem hoje um dos maiores índices de impopularidade, segundo pesquisas feitas pela própria Febraban. São verdadeiros agiotas, exploram os bancários e a população. Destinam em média apenas 3% de suas receitas para a folha de pagamento e nadam em lucros fáceis devido a ciranda financeira. Só o Bradesco, no primeiro semestre deste ano, auferiu o monstruoso lucro de 15,4 bilhões de cruzados novos.

Nos bancos oficiais a situação é também difícil. O governo, articulado com os banqueiros, insiste no índice inferior à inflação, além de tentar enfraquecer os bancos estatais para abrir espaço aos bancos privados nacionais e internacionais.

Por tudo isso, o III Congresso dos Bancários da Bahia, realizado nos dias 12 e 13 de agosto, agiu acertadamente deliberando pelo estado de greve com data indicativa para início no dia 20 de setembro. Já o Comando Nacional da categoria indicou a proposta de estado de greve para as assembleias do dia 29 de agosto. No encontro nacional, do próximo dia 9 de setembro, os bancários do Brasil inteiro reafirmarão a disposição da categoria de derrotar mais uma vez os banqueiros, partindo para a greve nacional.

*presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e colaborador da Classe

CURTAS

Noventa mil servidores públicos do Estado da Paraíba, com salários atrasados e percebendo mensalmente remunerações que não chegam à metade do Piso Nacional de Salários, estão em greve. Reivindicam condições dignas de vida e a atualização de seus pagamentos. Representam 90% do funcionalismo. A paralisação, iniciada no dia 8 de agosto, atinge os setores essenciais, como educação e saúde, e se alastra por setores secundários da administração. Até os trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte foram suspensos.

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal) tem nova diretoria desde o dia 25 de agosto. E a chapa vitoriosa, "unidade e luta", comemorou com razão. Teve apenas 10 dias para se formar e venceu. O pleito deu uma lição exemplar aos setores que insistem em fazer uma política sindical estreita e exclusivista, ao invés de lutar pela unidade. Docentes ligados ao PT insistiram em lançar uma chapa, que apresentaram já "pronta", recu-

sando composições. Até os últimos dias do prazo final para registro de chapas, uma parcela expressiva dos professores buscou a composição e a formação de uma chapa unitária. Mas nenhum dos nomes sugeridos foi aceito para integrar a chapa, sob a alegação ridícula de que eram, todos, membros do PCdoB. O exclusivismo e o anticomunismo impediram a unidade. Foi formada, então, a "unidade e luta". Em pouco mais de uma semana de campanha, o professorado da Ufal deixou claro que ali o anticomunismo não tem vez. A chapa adversária (que, confiante na vitória, já tinha até mandado fazer e distribuir os convites para a posse — que, depois, foram aproveitados para poupar recursos da entidade) foi derrotada por 289 a 204 votos pela "unidade e luta" — composta por professores ligados ao PCdoB e independentes, presidida por Luiz Henrique

Uma grande vitória do sindicalismo progressista e da unidade no Pará. As eleições para o Sindicato

dos Rodoviários, um dos mais importantes do Estado, foram ganhas pela chapa 3, fruto da aliança entre sindicalistas da CUT e da Corrente Sindical Classista. Concorreram quatro chapas, duas (a 1 e a 2) com membros da antiga diretoria. O resultado foi o seguinte, para um total de 1963 votantes: chapa 1, 652 votos; chapa 2, 226; chapa 4, 312 e a vitoriosa, chapa 3, com 773 votos. O sindicato será presidido por José Luiz Gonçalves Henrique, tendo na secretaria geral Hélio Lisboa Rosa.

Com 3.200 delegados foi realizado em Salvador, entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro, o I Congresso Unitário dos Trabalhadores em Educação. No encontro os trabalhadores discutiram e aprovaram importantes resoluções, inclusive um indicativo de intervenção e memorando de mobilização nacional contra o tratamento desrespeitoso dos governos federal e estaduais à categoria. No próximo número a Classe publicará uma matéria mais detalhada sobre o congresso.

Voyager-2, rumo à fronteira final!

Lejeune Mato Grosso*

Desde os primórdios da civilização, das comunidades primitivas, o Cosmos fascina o homem. Mesmo com as descobertas da ciência, progressos na física e astronomia, a exploração do espaço propriamente dita começou apenas a partir de 1956, quando a URSS enviou ao espaço a primeira sonda de exploração do Cosmos, **Sputnik**. A partir desse momento, várias outras máquinas foram enviadas ao espaço, para aprofundar os conhecimentos da humanidade sobre o Universo e sua origem. Apenas Plutão, o nono planeta (presumível) do Sistema Solar nunca foi visitado por um artefato terrestre.

Lançamento da Voyager

As teorias que facilitaram a exploração de planetas cada vez mais distante, utilizando-se de pouco combustível, surgiram no início da década de 60, com Walter Hohmann, um jovem matemático, que aos 25 anos elaborou um método que utilizava as gravidades dos planetas para aumentar as velocidades das naves. Mas essa teoria, utilizada muitas vezes, ainda que econômica, não era a mais curta devido às rotas elípticas.

A solução só veio alguns anos depois, com Michael Minovitch, um Assistente do **JET — Jet Propulsion Lab** (Laboratório de Jato Propulsão) de Pasadena, Califórnia. Sua teoria previa que ao orbitar um planeta, uma espaçonave seria "estilingada", ou "ricocheteada", adquirindo assim maior velocidade.

Júpiter, um grande planeta, deveria ser utilizado para enviar naves para fora do Sistema Solar. O projeto **Voyager** foi possível por um alinhamento de planetas ocorridos entre os anos de 1976 e 1980. Assim, a NASA, com a consultoria de Carl Sagan (autor, entre outros livros, de **Cosmos** e **Vozes da Terra**), astrônomo de renome, e com uma verba (comparada a outros projetos) de apenas US\$ 865 milhões de dólares, a Voyager-2 foi lançada às 11h30 do dia 20 de agosto de 1977 (12 anos atrás) e a Voyager-1, às 7h56 do dia 5 de setembro (naves irmãs, para realização de missões basicamente diferentes).

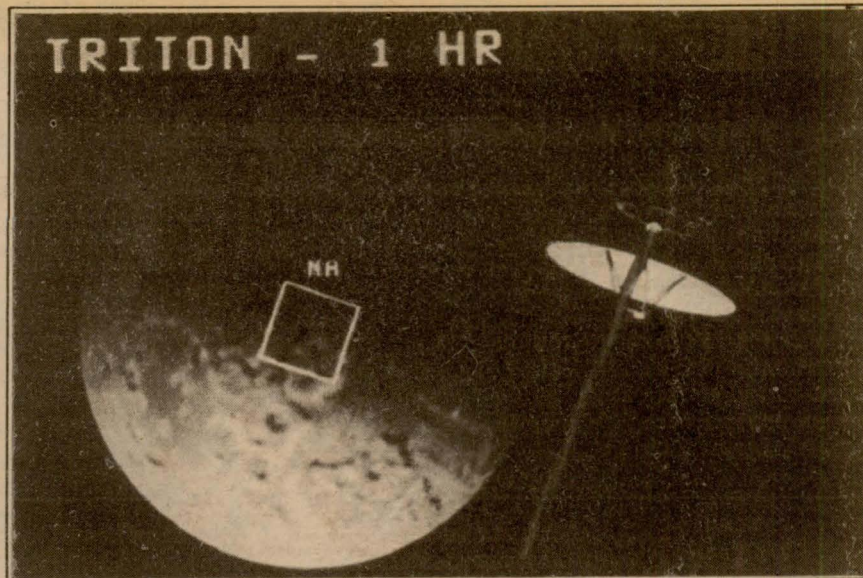
Os contatos e a exploração dos planetas do sistema ocorreram basicamente em março de 79, com Júpiter; novembro de 80 com Saturno; janeiro de 86 com Urano. Em agosto último, o contato ocorreu com o desconhecido planeta Netuno, descoberto em 1846 (o ano netuniano equivale a 165 anos terrestres, ou seja, não decorreu ainda um ano da sua descoberta).

Extraterrestres

O curioso da missão **Voyager** é o conteúdo de dois discos que cada uma das naves leva. Esses discos registram, para alguma civilização de inteligência superior à terrestre, mensagens em 55 línguas vivas da Terra. Trazem também a localização do nosso planeta dentro do sistema.

Suas inscrições trazem o mecanismo simples para a decodificação de seu conteúdo. As gravações trazem também músicas, desde o rock até Bethou-

Modelo composto a partir das imagens colhidas pela Voyager-2 em Tritão



ven, dos sons da Terra em geral, entre eles o nascimento de uma criança, sons de terremoto, vulcões, maremotos, tempestades, trovoadas etc. Ainda que pessoalmente Sagan seja cético com relação à existência de civilizações com inteligência superior à da Terra, não hesitou em coordenar esse grandioso projeto de tentativa de contatos com extraterrestres.

As Proezas das Naves

Se forem somadas todas as informações que as duas sondas exploradoras **Voyagers** enviaram à Terra, daria para encadernar o equivalente a 6 mil coleções da enciclopédia britânica de 26 volumes. Isso fez com que praticamente todos os livros de astronomia anteriores ao lançamento das naves ficassem obsoletos.

Tudo isso com um orçamento míngua — praticamente nada, se comparado a ida à Lua ou o projeto Shuttle (ônibus espacial) da NASA. As naves levam apenas 7 quilos de combustível sólido para alimentar os pequeninos foguetes que corrigem a sua rota (o

combustível que alimenta os seus instrumentos é radioativo — Plutônio — e durará apenas até o ano 2017).

Os computadores de bordo, construídos no início dos anos 70, possuem hoje apenas 32 Kbytes de memória (20 vezes menor do que um PC de 640 Kb). As informações que as **Voyagers** enviam à Terra, e que são captadas por potentes radiotelescópios, são muito fracas, cerca de 12 mil vezes menores do que as emitidas por um simples televisor caseiro.

Os sinais, ainda que fracos, são recebidos pela Terra (mesmo viajando à velocidade da luz — 300 mil Km/seg) cerca de 4 horas e 6 minutos depois de emitidos.

O último contato

Netuno, esse grande desconhecido, foi "visitado" pela Voyager-2 exatamente no dia 25 de agosto passado, à 0h54. Nesse momento, a nave passou a exatos 4,8 mil Km do planeta. Essa precisão, distante da Terra bilhões de quilômetros, seria equivalente a acertar, em uma tacada ape-

nas, uma bola de golfe num buraco distante cerca de 4 mil quilômetros.

Com a própria gravidade do planeta, a Voyager-2 chegou a atingir a espantosa velocidade de 120 mil Km/h (equivalente a ir de São Paulo ao Rio em apenas 10 segundos). Gravitou próximo a Tritão, a maior lua de um planeta do sistema (além de ter descoberto mais 6 novas luas em Netuno).

Exatamente no dia 2 de outubro próximo, a nave Voyager-2, completando com êxito e precisão espantosa, encerrará a sua missão no Sistema Solar da qual a Terra faz parte.

Depois, até o esgotamento do seu combustível nuclear, continuará enviando informações para a Terra sobre o espaço intergaláctico que fica fora da gravitação do Sol. Mas mesmo após isso, continuará vagando rumo ao infinito, podendo, no ano 40 mil, chegar à Estrela Ross 248 e, no ano 296 mil, chegar à estrela Sírius, depois.....

*Sociólogo, professor da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimpe - SP

Woodstock, o grito e o mito

Calucho Carvalho*

"Three days. Music, peace and love" (Três dias, música, paz e amor). Essas palavras marcaram para sempre o festival de Woodstock, realizado há 20 anos, de 15 a 17 de agosto numa fazenda do Estado de Nova Iorque, EUA. Durante aqueles dias apresentaram-se alguns dos principais ídolos musicais da juventude norte-americana e mundial, entre os quais Jimmy Hendrix, Janis Joplin, Joan Baez, Joe Cocker e grupos como The Who, Ten Yars After, Sly & The Famile Stone, Jefferson Airplane, Crosby, Stills, Nash & Young.

Essas e outras estrelas, ao lado de 500 mil jovens, fizeram de Woodstock o mais importante evento musical da época.

O festival foi realizado num momento em que a juventude norte-americana sofria na pele com a guerra do Vietnã e via seus anseios de liberdade serem sufocados pelos Napalm jogado contra o povo vietnamita. Além disso, a juventude era também engolida pela sociedade de consumo e pelo conservadorismo da tradicional família

no mundo ocidental, que procurava lhe impor um modelo de comportamento arcaico que interessava às classes dominantes.

Através de formas inconsequentes, no que pese à justeza de várias de suas idéias, Woodstock foi um grito contra tudo isso. Um grito que se expressava num tom pacifista e ganhou rapidamente um aspecto de fuga e medo da realidade. Muitos dos jovens inspirados pelo "ideário de Woodstock" recusaram-se ao alistamento militar, num protesto ativo contra a agressão ao povo vietnamita.

O festival teve brilhantismo cultural e político. A partir dele, as guitarras elétricas firmaram-se de uma vez por todas no cenário musical. Usar roupas coloridas e desbotadas, cabelos longos e despendeados, além de um estilo descontrado, deixou de ser "privilégio" de hippies. Woodstock foi um marco na mudança dos costumes no nosso século.

Sons antiimperialistas

Algumas passagens ficaram marcadas para sempre. A mais importante foi a de um jovem franzino que tinha traços de negro e in-

dió, e que executou o Hino dos Estados Unidos na guitarra mesclando-o com sons de bombas, sirenes e metralhadoras — alusão clara à guerra do Vietnã. A cena até hoje provoca em quem a vê manifestações de emoção e ódio.

Era o verdadeiro grito de Woodstock, que se expressou na apresentação daquele que sem dúvida foi o maior gênio da guitarra

elétrica e da música pop. Jimmy Hendrix era seu nome. Sua morte prematura, pouco tempo depois, ainda não foi bem esclarecida.

Não foi apenas com Hendrix que o protesto se fez presente. Joan Baez, foi efusivamente aplaudida quando subiu ao palco para cantar músicas de protesto. Richie Havens levou a massa ao delírio com seus gritos de **Freedom, freedom** (liberdade, liberdade). Joe Cocker fez uma bela interpretação da música de Lennon e McCartney, "With a little help

Arquivo



Woodstock reuniu cerca de 500 mil jovens norte-americanos

from may friends" (com uma pequena ajuda dos meus amigos), representando também o estado de desespero da juventude. The Who, ao apresentar partes da obra rock "Tommy", projetou para o mundo a história de um rapaz cego, surdo e mudo em função de traumas na sua infância. O jovem recupera os sentidos quando se realiza pessoalmente e conhece a "liberdade".

Modismo vazio

O misto desordenado de anseio por liberdade, fuga da realidade e rebeldia, que tiveram como válvula de escape as drogas, a adoção de religiões orientais e de idéias de filósofos tipo Reich, Norman Brown, Marcuse e outros, mostram, em certa medida, porque um movimento tão forte e de raízes justas não pôde ter um desdobramento mais conseqüente, que levasse a juventude dos EUA a tomar atitudes cada vez mais radicais contra o imperialismo. A burguesia absorveu muitas daquelas coisas e acabou por transformá-las em modismo vazio. Alguns dos trabalhos de Woodstock estão registrados em dois álbuns com cinco CDs e um filme de 3 horas de duração.

* Da sucursal de Brasília

Uma trégua indispensável para a URSS

Arquivo

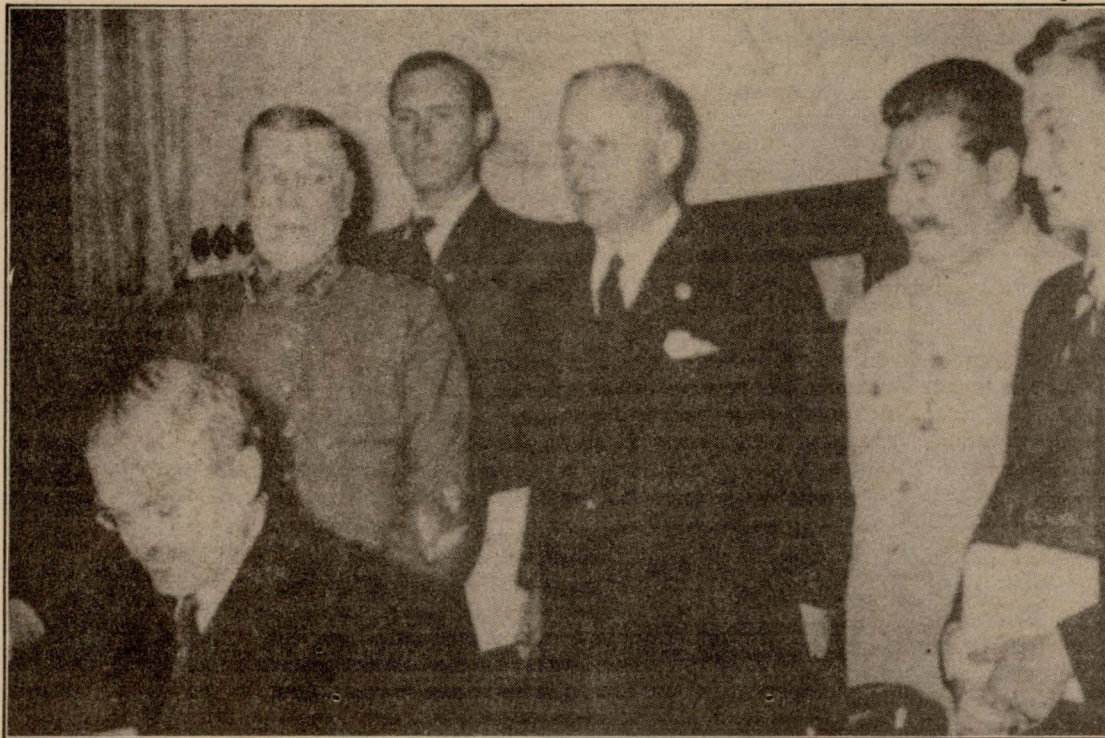
A imprensa burguesa voltou a abrir suas baterias contra o famoso Pacto de Não-agressão, assinado pela União Soviética e Alemanha em 23 de agosto de 1939. Os 50 anos do pacto foram "comemorados" pelos anticomunistas como uma "santa aliança" entre os bolcheviques e os nazistas, que teria propiciado a eclosão da II Guerra Mundial.

E a coisa não pára por aí. Depois que Gorbachev assumiu o poder na União Soviética, comandando a contra-revolução inaugurada por Krushev nos anos 50, o próprio ensino de História na URSS foi violentado. A história não é mais lecionada nas escolas soviéticas, enquanto novos livros recontando, de acordo com os interesses da "perestroika", os acontecimentos do país não ficarem prontos. E, sobre o pacto de não-agressão, a imprensa revisionista russa já divulga como oficial a versão elaborada pelos anticomunistas no período da guerra fria. A versão de que o pacto foi o causador da guerra.

Este artigo, escrito pelo jornalista belga Jan Fermon, é uma resenha do livro "Het pact", de Lieven Soete, que analisa em detalhe os fatos políticos, militares e econômicos que conduziram ao pacto alemão-soviético. A tradução do artigo, do francês para o português, foi feita por Ana Maria Martins, da direção nacional do PCdoB.

A história começa com o fim da Primeira Guerra Mundial. Esta é com efeito, por vários motivos, a causa direta da série de acontecimentos antes e durante a Segunda Guerra. A Alemanha tinha perdido suas colônias e foi relegada a um papel de potência de segunda categoria. O crescimento do nazismo exprimia a vontade da burguesia alemã de reconquistar seu lugar no mercado mundial.

Mas a Primeira guerra termina também com a Revolução de Outubro. Pela primeira vez no mundo, um Estado socialista via a luz do dia. Os burgueses da Europa e dos Es-



O ministro soviético das relações exteriores, Molotov (sentado), assina o pacto de não-agressão com a Alemanha nazista. Atrás dele Von Ribbentrop, o ministro alemão das relações exteriores, ao lado de Joseph Stalin.

tados Unidos se uniram para combater os bolcheviques. De 1917 a 1921, a inteiramente jovem União Soviética devia fazer face às intervenções militares. Os campos inimigos da Grande Guerra se aliaram fraternalmente na cruzada contra o comunismo. O bloqueio econômico causa danos consideráveis à URSS.

Finalmente, a guerra de intervenção, que não levou a nada, foi paralisada. O bloqueio econômico foi suspenso, igualmente, o espírito comercial venceu finalmente. Mas a política dos países ocidentais ficou marcada pelo anticomunismo e o anti-sovietismo. O que não deixará de influenciar a política externa da URSS até a Segunda guerra Mundial.

A política de paz da União Soviética

A despeito de tudo isso, a União Soviética tentou, depois de 1933, colocar em funcionamento um sistema de defesa coletiva na Europa. Data de 1935 uma primeira proposta soviética visando concluir um pacto geral nos marcos do qual todos os países europeus trabalhariam para garantir a paz. A Alemanha, a Grã-Bretanha e a Polônia reagiram de maneira explicitamente negativa. Mas a iniciativa soviética levou entretanto a dois pactos bilaterais de apoio mundial, com a França e com a Checoslováquia. O regime nazista tinha com efeito expresso sua ambição de anexar partes importantes desses dois países.

Em 12 de março de 1938, Hitler anexa a Áustria. A União Soviética foi a primeira a reagir e propõe, em 17 de

março, uma "conferência antiagressão". Fica claro, nesse momento, que a Checoslováquia seria a próxima vítima de Hitler. A União Soviética informa à Checoslováquia que 40 divisões armadas, 4 brigadas de blindados e 12 unidades de aviação estão prontas a intervir em caso de agressão alemã. Mas, em 24 de março, Chamberlain, o primeiro ministro britânico, rejeita a proposta soviética de uma conferência de paz e se recusa a dar garantias à Checoslováquia.

Munique 1938

Os governos francês e britânico bloqueiam todas as iniciativas soviéticas. Durante todo esse período, a política britânica e francesa é ditada pelo anticomunismo e pelo ódio à União Soviética. A conferência de Munique, em 1938, será a expressão mais crua dessa política.

Logo no mês de maio de 1938, as tropas alemãs se concentram na fronteira checoslovaca. Os provocadores alemães criam incidentes. Hitler ameaça intervir. Chamberlain segue para Berlim, encontra-se com Hitler e eles concordam em realizar uma conferência em Munique em 28 de setembro. A União Soviética não é nem convidada a participar dessa conferência. Os britânicos e os franceses querem também evitar que a União Soviética venha a jogar um papel importante no cenário internacional. O Estado soviético deve permanecer isolado, como um pária das nações. Em 28 e 29 de setembro, a Alemanha, a Itália, a França e a Grã-Bretanha se reúnem, portanto,

sozinhos em Munique. Na ausência da Checoslováquia, decide-se conceder grandes partes deste país de presente a Hitler. A Polônia e a Hungria também recebem sua parte. O que resta da Checoslováquia fica inteiramente à mercê das tropas alemãs. Em março de 1939, Hitler se apodera dos últimos pedaços da Checoslováquia.

Hitler e Chamberlain assinam também um acordo que implica um pacto de não-agressão entre os dois países. Em dezembro de 1938, um pacto semelhante será firmado entre a Alemanha e a França. Os imperialistas franceses e britânicos mostraram a Hitler qual via ele devia seguir: para o Leste. Eles esperavam que Hitler se engajasse numa guerra contra a União Soviética. Alguns sonham com uma aliança com a Alemanha contra o bolchevismo. Outros sabem que o apetite de Hitler se voltará cedo ou tarde para o Ocidente, mas esperam enfraquecer a Alemanha e a União Soviética lançando-as numa guerra. Os britânicos esperam também poder mais tarde jogar o papel de árbitro. O futuro presidente norte-americano, Truman, que gostaria de ver os Estados Unidos no mesmo papel, exprime esta idéia à sua maneira, em plena guerra: "Se nós virmos que a Alemanha ganha a guerra, então nós deveremos dar uma mão aos alemães. Ajudá-los-emos assim a se autodestruírem o máximo possível".(2)

Em contrapartida, a União Soviética se atém à sua política e propõe novamente em 18 de março de 1939 uma conferência onde a Grã-Bretanha, a França, a União Soviética, a Romênia, a Polônia e a Tur-

quia procurariam juntas os meios de pôr um fim ao avanço alemão. Mas Chamberlain avalia que é prematuro.

Sabotagem francesa e britânica

Em 21 de março de 1939, a Alemanha envia um ultimato à Polônia. A cidade polonesa de Dantzig deve ser entregue ao Reich. A Polônia recusa. Em 16 de abril de 1939, a União Soviética propõe oficialmente um pacto à França e à Grã-Bretanha. O governo soviético continua, a despeito da atitude dos franceses e dos britânicos, a insistir na criação de uma frente contra os nazistas. Em 11 de maio, o governo britânico responde inicialmente um categórico "não". Mas, sob a pressão de manifestações de massa empreendidas pela oposição dirigida por Churchill, Chamberlain vai finalmente aceitar a proposta soviética. Em 31 de maio, o ministro soviético das relações exteriores, Molotov, precisa as condições de um pacto com a França e a Grã-Bretanha: o pacto deve ser defensivo, deve implicar na assistência mútua em caso de agressão contra um dos signatários e os três signatários devem dar garantias a todos os países da Europa Central e Oriental. Os soviéticos pretendiam assim evitar que os britânicos e os franceses empurrassem ainda mais Hitler em direção ao Leste, fazendo-lhe novas concessões, enquanto eles assistiriam tranqüilamente ao espetáculo. Enfim, Molotov exige compromissos concretos, compreendidos no plano militar e a natureza da ajuda mútua. Ele não se satisfaz com uma "declaração solene".

O governo britânico aceita em palavras a proposta soviética, mas então começam as manobras de retardamento. A Polônia, a Romênia, a Estuânia, a Letônia e a Lituânia recusam toda garantia por parte da União Soviética. Eles recusam às tropas soviéticas o acesso ou travessia de seu território. A Grã-Bretanha os apóia nessa atitude. As negociações de um pacto eventual se encontram num impasse, porque a União Soviética se encontra na impossibilidade de empreender uma ação eficaz contra a Alemanha se o Exército Vermelho não tem a possibilidade de atravessar nenhum desses países. Molotov pede ao ministro britânico das Relações Exteriores que vá a Moscou para encontrar uma solução. Os britânicos enviam em seu lugar William Strang, um diplomata de segunda categoria, sem nenhum mandato. No Pravda de 29 de junho, Andre Jdanov escreve: "Tenho a impressão que os gover-

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

nos britânico e francês não querem assinar um acordo real e aceitável para a União Soviética, e sim apenas em palavras para demonstrar, aos olhos de sua opinião pública, a intransigência da União Soviética e tornar assim mais fácil a conclusão de um acordo com os agressores."

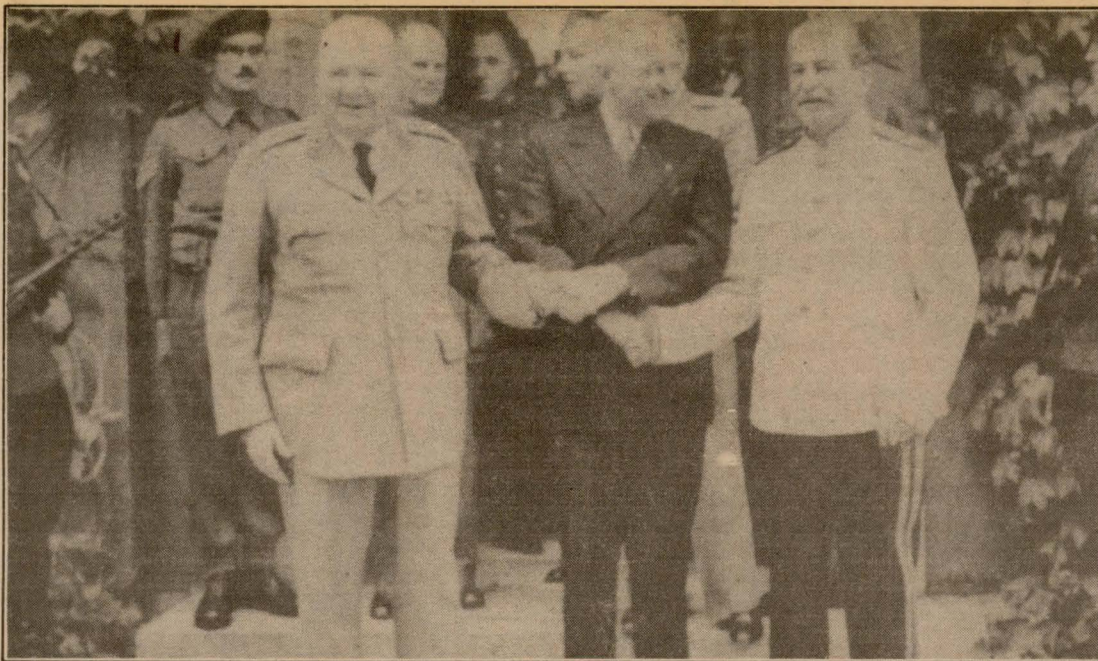
Em 23 de julho, os britânicos e os franceses aceitam finalmente manter negociações militares concretas. Mas, eles enviam outra vez um militar de terceira categoria, o almirante Drax. No ano anterior, Chamberlain tinha ido se encontrar com Hitler de avião. Já Drax chegou de barco a vapor. Ele só chegou em Leninegrado em 10 de agosto. No dia 12, as negociações começaram em Moscou. Parece então que o almirante Drax não tinha mandato oficial. Novamente perda de tempo. O marechal Vorochilov, ministro soviético da Defesa e chefe da delegação de seu país, pergunta aos países ocidentais se eles aceitarão que as tropas soviéticas entrem em território polonês ou romeno em caso de conflito, para combater as tropas alemãs. As delegações francesa e britânica devem consultar seus governos. Em 17 de agosto, ainda não há resposta. Em 19 de agosto, o dirigente polonês, o coronel Beck, informa que ele não autorizará a passagem das tropas soviéticas. Os soviéticos concluem finalmente que os britânicos e os franceses não querem a verdadeira negociação.

O Congo de presente

Outro fato contribuiu para convencer os soviéticos da má vontade dos aliados. Logo em maio de 1939, os britânicos procuraram reatar bons contatos com os alemães. Em 17 de julho, começa em Londres uma conferência internacional sobre a caça à baleia. Ela servirá de cobertura às negociações secretas alemã-britânicas.

Em 27 de julho, os jornais britânicos anunciam que o governo de sua Majestade outorga um prêmio de um milhão de libras à Alemanha. No curso das negociações secretas, o negociador britânico, Hudson, elabora um plano de partilha do mundo inteiro, incluindo a China e a União Soviética, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha (3). Hudson propõe notadamente oferecer o Congo à Alemanha (4).

Enquanto isso, depois de 17 de abril, os contatos haviam sido retomados entre diplomatas alemães e soviéticos visando a renovação de acordos comerciais. Mas as negociações haviam tomado evidentemente uma significação política. O governo alemão queria deixar uma porta aberta para um acordo com a Alemanha, a fim de não permanecer total-



Para o fim da guerra, os dirigentes soviéticos (Joseph Stalin, à direita), britânico (Winston Churchill, à esquerda) e americano (Harry Truman, ao centro) se reuniram várias vezes seguidas visando desenvolver uma estratégia comum face ao bloco fascista.

mente isolado. A partir de 20 de maio, o ministro soviético das relações exteriores retarda essas negociações, quando renasce a esperança de um acordo com a França e a Grã-Bretanha. Molotov exige dos alemães um melhoramento das relações políticas como condição para o prosseguimento das negociações comerciais. A partir de julho de 1939, os alemães insistem por seu turno em uma normalização das relações com a União Soviética. Em 17 de agosto, Molotov remete uma declaração escrita ao embaixador alemão. Aí o governo alemão faz alusão à atitude inamistosa da Alemanha até o momento, mas se declara pronto a melhorar as relações com o acordo comercial e um pacto de não-agressão assinados. Em 19 de agosto, um novo acordo comercial é assinado em Berlim. Em 22 de agosto, o ministro alemão das Relações Exteriores, Von Ribbentrop, chega a Moscou. Ao alvorecer do 23 de agosto, o pacto de não agressão é assinado.

Preparação militar intensa

O pacto alemão-soviético estipula que os dois países não se agredirão mutuamente, que eles não apoiarão terceiros que ataquem um dos dois países e que as diferenças entre os dois países serão reguladas por negociações. Assim, os comentários histéricos sobre uma "aliança monstruosa entre Hitler e Stálin" são pelo menos deslocados. É totalmente incorreto dizer que a União Soviética "escolheu cinicamente entre uma aliança com a Alemanha ou com a França e a Grã-Bretanha." O pacto não é uma aliança. Afora a preservação da paz entre os dois países, o pacto não estipula nenhum objetivo comum. Em particular, ele não prevê nenhuma forma de apoio. O pac-

to tem um significado totalmente diferente do acordo que a União Soviética propunha à França e à Grã-Bretanha no quadro de um sistema de segurança coletiva. Por outro lado, mesmo após a conclusão deste pacto, a União Soviética continuou a se preparar para a guerra contra os nazistas. O 18º Congresso do Partido Comunista da União Soviética tinha decidido, em março de 1939, dar prioridade absoluta à indústria bélica. A taxa de crescimento da indústria tinha sido fixada em 13%. A da indústria bélica foi fixada em 39% (5).

A preparação militar tinha por outro lado começado na União Soviética quando da tomada do poder pelos nazistas. Originalmente, o orçamento soviético para a defesa tinha sido fixado em 1,6 bilhão de rublos para 1934. Ele foi em seguida elevado para 5 bilhões de rublos. Posteriormente, foi o crescimento constante: 6,5 bilhões em 1935, 14 bilhões em 1936, até 40 bilhões em 1939. Será que o governo soviético teria acreditado, ingenuamente, que Hitler iria manter sua palavra? O pacto teria causado prejuízos aos esforços soviéticos em matéria de defesa? Os fatos mostram que não foi nada disso. O orçamento militar de 1940 (após a assinatura do pacto) chegou a 56,1 bilhões de rublos. E, em 25 de fevereiro de 1941, o ministro das Finanças, Zverev, propôs ao Soviet Supremo créditos militares de 71,9 bilhões de rublos: um terço do orçamento do Estado soviético (6).

Entre a assinatura do pacto e a eclosão da guerra de agressão alemã contra a União Soviética, o orçamento da defesa soviética cresceu 80%. A duração do serviço militar passa de 2 para 4 anos em 1941 (7). Ao mesmo tempo, se reforça a disciplina no seio do exército, se reintroduzem as graduações e se melhora a formação. No curso da guerra, aparecerá igualmente que o governo so-

viético soube aproveitar o prazo oferecido pelo pacto para colocar em forma as unidades de guerrilheiros que causarão perdas enormes às forças nazistas. Elabora-se um gigantesco plano de transferência da indústria do oeste para o Ural. Em decorrência da aplicação desse plano, 1523 empresas industriais são transferidas para o Estado ao longo dos cinco primeiros meses da guerra. 71.000 vagões de estrada de ferro foram utilizados para transportar apenas 500 empresas moscovitas. E estas não são mais que as medidas mais importantes. De uma maneira geral, após a conclusão do pacto, o governo soviético preparou a população de maneira acelerada na perspectiva de uma guerra. Ele não tinha a menor dúvida do fato de que a ameaça vinha de Berlim. No final de dezembro de 1940, os oficiais superiores do Exército Vermelho empreendem um exercício de simulação sobre mapa. Sobre isso, Zoukov, o chefe do Quartel General do Exército Vermelho escreveu em suas memórias: "A estratégia repousava na suposição de que nossas fronteiras ocidentais estavam sendo atacadas pela Alemanha. Em previsão de exercício, o Quartel General tinha reunido uma documentação detalhada sobre as recentes operações dos alemães na Europa". (9) O governo soviético queria retardar ao máximo a guerra com a Alemanha a fim de preparar o país o melhor possível.

A única solução

Toda a diplomacia soviética durante o pré-guerra tinha tido por objetivo unir o máximo de forças possíveis contra a Alemanha nazista. O pacto fascista e o Pacto de Não-Agressão Britânico e Francês era ditada em primeiro lugar por um anti-comunismo e um antisovietismo profundamente acirrado. Jo-

seph Davies, embaixador americano em Moscou de 1936 a 1938, escreveu: "A Inglaterra e a França parecem fazer exatamente o contrário do que se faz aqui (em Moscou) e a política seguida por estes dois países favoreceu os desatinos da Alemanha nazista e da Itália fascista. A União Soviética se encontrou rapidamente pressionada para um isolamento completo." (10)

A França e a Grã-Bretanha deram carta branca à Alemanha para suas agressões na Áustria, na Checoslováquia e na Polônia, na esperança de empurrar Hitler para o Leste. Com isso, eles não fizeram mais que encorajar a política agressiva dos nazistas. A União Soviética sim queria evitar a todo preço se encontrar só diante da máquina de guerra alemã.

Os dirigentes soviéticos ensaiaram inicialmente romper o isolamento propondo pactos de apoio mútuo à Inglaterra e à França. Mas os governos francês e britânico sempre recusaram.

Além do mais, no final de 1939, a União Soviética ainda não estava preparada para um confronto. Durante o período entre a assinatura do pacto alemão-soviético e a invasão à União Soviética (em 1941), este país fez um esforço sobre-humano para aperfeiçoar seu aparato militar.

O pacto abalou profundamente os planos do imperialismo francês e britânico. Ele permitiu à União Soviética romper o isolamento. Ele pôs termo à ânsia de poder de Hitler em relação ao Leste por meio de concessões.

A recusa dos imperialistas britânicos e franceses de organizar uma defesa coletiva contra a agressão não deixou outra escolha aos soviéticos: era preciso ficar o maior tempo possível fora da guerra e evitar enfrentar frente a frente a Hitler. Eis o significado do pacto. Eis porque ele foi um episódio necessário.

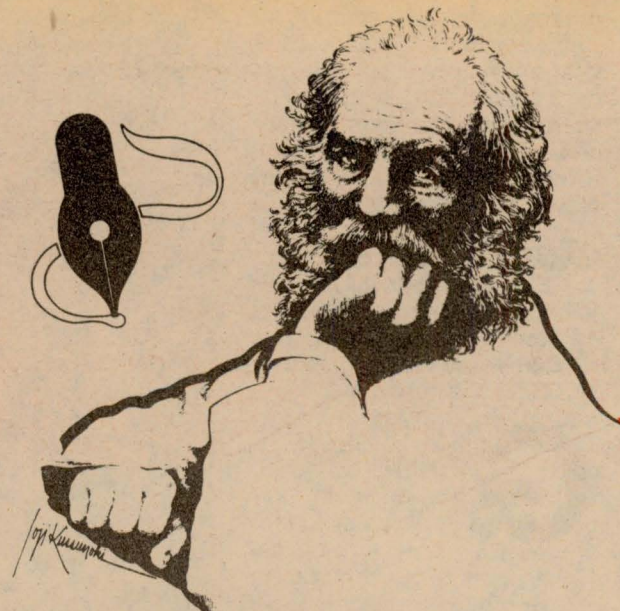
Notas

- (1) Lieven Soete, "Het Sovjet-Duitseniet-aanvalsact van 23 augustus 1939. Politieke zeden in het interbelum." (Le pacte de non-agression germano-sovietique-Moeurs politiques dans l'entre-deux guerres), éditions PEC, Berchem, 1989.
- (2) New York Times, 24 juillet 1941
- (3) Lieven Soete, o.c., p. 212
- (4) Soviet Peace Efforts on the Eve of World War II, Novosti Moscou 1973, p. 439
- (5) Lieven Soete, p. 295
- (6) André Pierre, Staline contre Hitler, Éditions du Stock, Paris, 1945, p. 40
- (7) Lieven Soete, o.c., p. 296-297
- (8) Joseph Davies, Mission à Moscou, Édition de l'arbre, Montreal, 1944, p. 264.

Walt Whitman

Poeta norte-americano, Walt Whitman nasceu em Long Island, New York, em 31 de maio de 1819 e morreu em 1892. Whitman cantou os valores revolucionários da sua época e, antecipando-se a várias gerações de poetas modernos, introduziu o verso livre, revolucionando a poesia. Rigoroso consigo próprio disse: "Ninguém

vai entender meus versos se quiser interpretá-los como performances literárias". Mas dele disse Ezra Pound: "Whitman é, para minha pátria, o que Dante é para a Itália". De sua obra "Folhas de relva", publicamos esses fragmentos vertidos para o português por Geir Campos.



Europa.

(anos 72-73 destes Estados)

De repente da sua jaula imunda e sonolenta
— a jaula dos escravos —
como um relâmpago saltou meio acordada
sobre si mesma,
os pés pisando cinzas e molambos,
as mãos a apertar gargantas de reis.

Ó esperança e fé!
Ó doloroso fim de vidas de patriotas exilados!
Ó tanto coração adoentado!
Voltem-se para este dia
e refaçam-se de novo!
E vocês, pagos para corromper o Povo,
mentirosos, prestem bem atenção!
Não foi por incontáveis agonias,
assassinatos, luxúrias,
pelos roubos da corte
em suas múltiplas mesquinhas formas
roendo a simplicidade dos rendimentos dos pobres,
por tanta promessa e jura feita por lábios reais
e quebrada com risos pela quebra,
que, uma vez no poder,
não é por nada disso que ressoam
os golpes da vingança
ou rolam as cabeças dos aristocratas:
o povo abominava a atrocidade dos reis.

Mas a doçura da misericórdia
fermentaria destruição mais cruel,
e os assustados monarcas retornam
cada qual com mais pompa no seu séquito,
padre, carrasco, coletor de impostos,
soldado, jurista, senhor de terras,
carcereiro, e parasita.

E ainda por trás de todo roubo degradante
uma figura, ah, vaga como a noite,
toda coberta, a cabeça e o rosto e as formas,
em dobras escarlates,
a quem ninguém consegue ver a face e os olhos,
e a sair das vestes,
as rubras vestes levantadas pelo braço,
apenas isto: um dedo torto a apontar para cima,
como se ostenta a cabeça de uma víbora.

Enquanto isso, em covas recém-abertas,
jazem cadáveres, ensangüentados corpos de
jovens,
desce com peso o barão da força,
as balas dos príncipes alçam vôo,
dão gargalhadas as criaturas do poder;
e todas essas coisas são seus frutos
que são bons.

Esses corpos de jovens,
esses mártires pendentes das forcas,
esses corações varados de chumbo escuro,
por mais frios e imóveis que pareçam,
em outro lugar revivem
com intocada vitalidade.

Vão reviver em outros jovens, ó reis!
Vão reviver em irmãos prontos outra vez
a desafiar vocês!
Pela morte foram purificados,
ensinados e animados.

Não há cova de morto pela liberdade
em que não brote a semente da liberdade
por seu turno também a dar sementes
que o vento leva à distância e replanta
e as chuvas e as neves vão nutrir.

Nenhum espírito arrancado ao corpo
podem as armas dos tiranos deixar solto
que invisível sobre a terra não se imponha
a aconselhar e segredar e prevenir.

Outros desesperem de ti, Liberdade:
eu de ti não desespero.

A casa está fechada? Ausente o mestre?
Estejam preparados, entretanto,
e não se cansem de vigiar:
daqui a pouco ele há de voltar,
os mensageiros anônimos dele
já estão chegando.

Quando Em Teu Colo Deitei A Cabeça Meu Camarada

Quando em teu colo deitei a cabeça, meu camarada,
a confissão que fiz eu reafirmo,
o que eu te disse e a céu aberto
eu reafirmo: sei bem que sou inquieto
e deixo os outros também assim,
eu sei que minhas palavras são armas
carregadas de perigo e de morte,
pois eu enfrento a paz e a segurança
e as leis mais enraizadas
para as desenraizar,
e por me haverem todos rejeitado
mais resolutivo sou
do que jamais poderia chegar a ser
se todos me aceitassem,
eu não respeito e nunca respeitei
experiência, conveniência,
nem maiorias, nem o ridículo,
e a ameaça do que chamam de inferno
para mim nada é, ou muito pouco,
meu camarada querido: eu confesso
que o incitei a ir em frente comigo
e que ainda o incito sem a mínima idéia
de qual venha a ser o nosso destino
ou se vamos sair vitoriosos
ou totalmente sufocados e vencidos

Por Ti, Ó Democracia

Vem, tornarei o continente indissolúvel,
farei a mais esplêndida das raças
que o sol jamais clareou,
farei terras magnéticas divinas
com o amor dos camaradas,
com o duradouro amor dos camaradas.

Hei de plantar o companheirismo
denso como o arvoredado a margear
todos os rios da América,
e ao longo das margens dos grandes lagos
e pelos prados todos
e farei cidades inseparáveis
umas com os braços nos ombros das outras
com o bem humano amor dos camaradas.

A ti, ó Democracia, de mim
é isto — para te servir, ma femme!
A ti, por ti, vou estes cantos entoando.

Ao Que Foi Crucificado

Meu espírito ao seu, querido irmão:
não se incomode se tantos apregoando seu nome
não o compreendem
— seu nome eu não aprego e o compreendo,
com alegria eu o distingo, meu camarada,
a fim de saudá-lo e saudar aqueles
que estão com você, antes e depois,
bem como os que estão por vir,
para que laboremos todos juntos
passando adiante o mesmo legado e encargo,
iguais nós poucos indiferentes a terras,
indiferentes a épocas,
nós, detentores de todos os continentes,
todas as castas, tolerando todas as teologias,
solidaristas, perceptivos, elos
entre seres humanos,
calados caminhamos entre asserções e disputas,
porém não rejeitamos as disputas,
nem coisa alguma das asseveradas,
ouvimos o vozerio e o barulho,
somos alcançados pelas facções,
ciumadas, críticas de todo lado,
cerram-se terminantemente sobre nós
para envolver-nos, meu camarada,
e entretanto vamos seguindo inalcançados,
livres, com todo o mundo por aí
jornadeando para cima e para baixo
até deixarmos nossa indelével marca
no tempo e em várias eras,
até nós saturarmos bem o tempo e as eras
a fim de que os homens e as mulheres
de raças vindouras
possam provar que são irmãos e amantes
como nós somos.

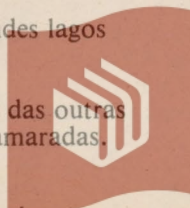
Do inquieto oceano da multidão

Do inquieto oceano da multidão
veio a mim uma gota gentilmente
suspirando:

— Eu te amo, há longo tempo
fiz uma extensa caminhada apenas
para te olhar, tocar-te,
pois não podia morrer
sem te olhar uma vez antes,
com o meu temor de perder-te depois.

— Agora nos encontramos e olhamos,
estamos salvos,
retorne em paz ao oceano, meu amor,
também sou parte do oceano, meu amor,
não estamos assim tão separados,
olhe a imensa curvatura,
a coesão de tudo tão perfeito!

Quanto a mim e a você,
separa-nos o mar irresistível
levando-nos algum tempo afastados,
embora não possa afastar-nos sempre:
e fique certa de que eu saúdo o ar,
a terra e o oceano,
todos os dias ao pôr-do-sol
por sua amada causa, meu amor.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois